

DESCOLAD@S

Revista de Direitos Humanos - Inesc Brasília DF Ano 4 | 2014 Nº 4

ISSN: 2237-0331

eca
24 ANOS

REPRESSÃO POLICIAL

Manifestações, violência
contra jovens negros e
desmilitarização da PM

MUITO PRAZER

Pessoas com deficiência
e sexo: contatos,
descobertas, cuidados,
carícias e delicadezas

SÍNDROME DE DOWN

Lúcio e Clarinha contam
suas histórias e revelam
que o preconceito ainda é
a maior dificuldade

BULLYING

Conheça os projetos de lei
de combate ao *bullying* na
escola e na internet

CONFERÊNCIA GLOBAL

Indicado ao Prêmio Nobel da
Paz, o ativista indiano Kailash
Satyarthi fala sobre o trabalho
infantil no mundo



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Centro de Ensino Médio da Asa Norte – Cean: Eduardo M. de M. Aguiar; Gêssica Barreto Nasareth; Leiliane Vieira Miranda, Lucas Daniel R. de Souza; Júlia Karla C. Perdiz; Cristiany Lima; (ex-alunos/as) **Centro de Ensino Fundamental Carlos Motta** – Lago Oeste: (ex-aluna) Gabriella Dias dos Santos; (ex-aluna) Paula Gabriela Barbosa Castillo; **Centro Educacional 04 do Guará:** Evellyn Macedo; Laura Medrado; Serena Rodrigues; Tatiana dos Santos; (ex-aluno) Vinícius da Silva Moreira; Wallison Lopes de Souza; (ex alunos/as) Fábio William Silva; Jéssica Pereira; Lucas Miguel Salomão Meireles; Israel Victor de Melo; Raquel Rodrigues Ferreira; **Centro Educacional 2 do Guará:** Allef Renan F. da Mota; **Centro Educacional Vale do Amanhecer:** Amanda Carolina; Daiane Vieira. **Centro de Ensino Médio Paulo Freire:** Beatriz Nery; Gabirela Camota; Paulo Henrique Alves Fonseca. **Centro de Ensino Médio 2 do Gama:** (ex-aluna) Thallita de Oliveira Silva, **CEM 404 Santa Maria** – Jean Carlos Pereira da Silva.

CONSELHO PEDAGÓGICO

Brunna Rosa – Assessoria de Comunicação Digital
Carmela Morena Zigoni – Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc
Nina Madsen – Centro de Estudos Feminista de Estudos e Assessoria - Cfermea
Júlia Chagas – Universidade de Brasília - UnB
Jurema Verneck – ONG Criola
Ludmila Palazzo – Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef

GRUPO DE DESIGN

Beatriz Nery
Célia Matsunaga
Leiliane Vieira Miranda
Lucas Daniel R. de Souza

ILUSTRAÇÃO

João Marcos Rodrigues de Souza
Francisco Acioli

Assessora responsável: Márcia Acioli
Coordenação Editorial: Renina Valejo
Edição: Marcelo Carota e Renina Valejo
Edição gráfica: Célia Matsunaga
Projeto Gráfico: Célia Matsunaga
Diagramação: Eduardo Meneses
Revisão: Paulo Henrique de Castro
Impressão: Athalaia Gráfica e Editora
Tiragem: 13.000 exemplares

Fotografias da seção Sem Palavras:

Oficinas de Josi Paz e Márcia Acioli.
Crianças participantes do Projeto OCA:
Adriano Magalhães, Antônio Arthur Hugo, Bruno dos Santos, Daniel Souza, Ellen Portela, Jaíne Barbosa, Leonardo Moreira, Raveu Silva, Sydney Alves, Tiago Miranda Lima, Wandson Santos, William da Silva, Welisson Pedro de Carvalho.

CONSELHO DIRETOR

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto
Caetano Ernesto Pereira Araújo
Guacira Cesar de Oliveira
Márcia Anita Sprandel
Sérgio Haddad

COLEGIADO DE GESTÃO

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antônio Moroni

Coordenação da Assessoria Política:

Nathalie Beghin

Assessoria:

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleomar Manhas
Márcia Acioli

Comunicação:

Vértice/Gisliene Hesse
Assistente de Direção: Ana Paula Soares Felipe

Gerência:

Maria Lúcia Jaime

Assessoria Administrativo-Financeira:

Adalberto Vieira dos Santos, Eugênia Christina A. Santana, Isabela Mara dos S. da Silva, Josemar Vieira dos Santos, Miria Thereza B. Consiglio, Ricardo Santana da Silva, Rosa Diná G. Ferreira

Apoio Institucional:

Action Aid, Charles Stewart Mott Foundation, Christian Aid, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fastenopfer, Fundação Avina, Fundação Ford, GDF – Secretaria da Criança, IBP -International Budget Partnership, Instituto C&A, Instituto Heinrich Böll, KNH - Kinder Not Hilfe, Norwegian Church Aid, Oxfam, Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento, SNF - Institute for Research in economics and Business Administration, Unicef, World Wide Web Foundation

Agradecimentos

As crianças: Daniele Rodrigues Ferreira e (imagem) e Jonis Filho

Rodas de Conversa: Adriana Saraiva; Antoniana Ottoni; Brunna Rosa; Danielle Sanchez Mutaleti; Fábio Coutinho, João Nogueira; Leila Saraiva; Júlia Chagas.

A revista Descolad@s agradece a preciosa colaboração das pessoas que voluntariamente degravaram e traduziram as entrevistas realizadas pelos adolescentes na Conferência Global sobre Trabalho Infantil. Servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF: prof. Clerton Evaristo; profa. Mara Lúcia Amorim Marçal e prof. Manuel Guglielmo e do Sr. Roy Charles Lucas, guia de turismo bilingue.

A revista Descolad@s, em sua 4ª edição, é uma publicação do Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

SCS Qd. 01, Ed. Márcia, 13º Andar –
Cobertura - Brasília-DF - Cep: 70 307 900
Brasília/DF/Brasil - Fone: (61) 3212- 0200,
Fax: (61) 3212 0216 –
Email: protocoloinesc@inesc.org.br – site:
www.inesc.org.br

Distribuição gratuita

Brasília (DF), 2014

Impresso no Brasil. ISSN 2237-0331

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado (a) o (a) autor (a) e que se inclua a referência ao artigo ou texto original.

EDITORIAL

Olá, querido leitor e querida leitora!

Aqui está a tão esperada quarta edição da revista Descolad@s, uma edição cheia de novidades e de vários conteúdos que, tenho certeza, você vai adorar ler. A revista Descolad@s vem com uma nova carinha desde a edição anterior: entre outras inovações, ela vem em tamanho menor e com um outro tipo de papel. E o mais legal é que a parte gráfica da revista teve nossa participação, com a ajuda da designer gráfica Célia Matsunaga. Muitas novidades em somente uma revista, não acham? Pois é, mas ainda não acabou, porque a melhor de todas é que agora a revista tem mais uma seção: “É o Bicho”. Essa seção foi incorporada depois de uma reunião com os adolescentes do conselho editorial, que chegaram a um consenso de que falar de animais e de como eles são tratados é muito importante.

A revista Descolad@s é uma oportunidade de adolescentes e jovens divulgarem seus pontos de vista acerca de temas que nos rodeiam. É uma maneira alternativa de mídia livre em que a principal voz é a dos adolescentes. Nossa meta é articular os direitos humanos e o orçamento público.

Nesta edição, falaremos sobre os homicídios de jovens negros e a violência policial, as manifestações de rua, a política de cotas para as universidades públicas, a sexualidade de pessoas com deficiência, a moda sustentável, o casamento infantil e, por fim, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, que aconteceu em Brasília (DF), entre os dias 8 e 10 de outubro. Na Conferência, fizemos uma cobertura completa, inclusive entrevistando os adolescentes de todo o Brasil que estavam lá. Aproveitamos para conversar com participantes de todos os continentes. E o melhor de tudo foi a entrevista com Kailash Satyarthi, um importante ativista indiano que foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 2006 por sua luta contra o trabalho infantil.

Espero que gostem desta edição e dos temas abordados. Tenham uma ótima leitura!

Leiliane Vieira Miranda, 18 anos, Paranoá

S E Ç Õ E S

DIREITOS EM MOVIMENTO
MULHERES GUERREIRAS

4

GIRO PELO MUNDO
CONFERÊNCIA GLOBAL DEFINE META DE
ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL ATÉ 2016

6

GIRO PELO BRASIL
TRABALHO INFANTIL E
EXCLUSÃO ESCOLAR ANDAM JUNTOS

10

FALANDO DE POLÍTICA
O PAÍS DO FUTEBOL NÃO
QUER SÓ FUTEBOL

12

ARTIGO
MINHA MÃE DOMÉSTICA,
O QUE ME AFETA?

14

FALO MEERRRRMO!

16

LINK COM O CONGRESSO
PROJETOS DE LEI VISAM COMBATER
O BULLYING NA ESCOLA E NA INTERNET

18

CAVANDO
A VIOLÊNCIA MASCARADA
NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

20

MUDE DE CANAL
SOMOS A REDE SOCIAL!

24

PONTO DE ENCONTRO
SOMOS INCANSÁVEIS! PELO DIREITO
À MEMÓRIA: O MOVIMENTO
E A IDENTIDADE DA ESTRUTURAL

26

ACABEI O ENSINO MÉDIO
UNIVERSIDADE X CURSO TÉCNICO

28

30

SEM PALAVRAS

ENTREVISTA

SÍNDROME DE DOWN. PRECONCEITO
E DISCRIMINAÇÃO AINDA SÃO AS MAIORES
DIFICULDADES

36

MUITO PRAZER

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEXO:
CONTATOS, DESCOBERTAS, CUIDADOS,
DELICADEZAS, CARÍCIAS E ESTÍMULOS

44

46

PROSA E POESIA

ALMA DA CIDADE

SUPERNOVA SUPER BACANA

48

50

PÉROLAS

DICAS CULTURAIS

51

SANEAMENTO BÁSICO

UM DEVER DO ESTADO,
UM DIREITO DE TOD@S

52

É O BICHO

RESPEITÁVEL PÚBLICO,
RESPEITE OS ANIMAIS

54

**DIREITOS VIOLADOS,
DIREITOS CONQUISTADOS**

COTAS NAS UNIVERSIDADES:
IGUALDADE NA DIFERENÇA

58

ESTILO

MODA SUSTENTÁVEL TÁ NA MODA

60

INTERNACIONAL

ATÉ QUE O CASAMENTO (OU A MORTE)
OS SEPARE

62

CONVIDADO

A EDUCAÇÃO E O SONHO: UMA
EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA DE
TRANSFORMAÇÃO

64

68

FOTONOVELA



MULHERES GUERREIRAS

Paula Gabriela B. Castillo, 18 anos, Lago Oeste

*“Ela é guerreira
Ela vai, ela vem, ela não anda na sombra de ninguém
Ela é guerreira
Ela levanta a cabeça e mostra que bem
mais que o corpo é o que ela tem
Ela é guerreira
Ela vive, ela morre todo dia, mas renasce também
Ela é guerreira, ela é brasileira!”*

(Projota. Música: Guerreira)

Homens e mulheres sofrem diferentes tipos de violência. Com homens e meninos, as violências mais comuns ocorrem nas ruas. Já com mulheres e meninas, as agressões ocorrem dentro de seus próprios lares (71,8%) e, na maior parte das vezes, são praticadas por pessoas da própria família ou ligadas a esta, de acordo com o Mapa da Violência 2012.

Segundo a definição que está prevista na Convenção Interamericana (também conhecida como “Convenção de Belém do Pará”), de 1994, o conceito de violência é: “qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada”.

Mulheres e meninas lutam por justiça social, garantia dos direitos humanos, democracia e igualdade racial. A seguir, apresentamos algumas dessas conquistas.

Lei Maria da Penha

A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, previne e reprime as ações de violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei recebeu esse nome devido ao caso da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que durante seis anos foi vítima do marido por meio de todas as formas de violência (surras, ameaças de morte e tentativa de homicídio), o que acabou deixando-a paraplégica.

CPMI da Violência contra a Mulher

Em 2012, pressionado por movimentos da sociedade civil, o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as situações de violência contra as mulheres. Em junho de 2013, foi entregue à presidenta Dilma Rousseff o relatório final da CPMI. O documento reporta que, nos últimos 30 anos, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo que 43 mil foram vitimadas somente nesta última década. Entre 84

nações, o Brasil ocupa a sétima posição entre os países que mais matam mulheres, com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, atrás de países como El Salvador, Colômbia e Rússia. O relatório final recomenda que o governo federal elabore e pactue, com demais entes governamentais, um plano de enfrentamento à violência contra a mulher, contendo metas físicas e financeiras de cada estado e município, com indicadores quantitativos de violência, para o planejamento de ações orçamentárias eficientes.

Atendimento imediato às vítimas de violência sexual

A Lei nº 12.845, que assegura atendimento às vítimas de violência sexual, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 1º de agosto de 2013. O projeto de lei que a viabilizou (PL nº 3/2013), de autoria da deputada Lara Bernardi (PT-SP), assiste não somente pessoas do sexo feminino, mas toda e qualquer pessoa vítima de violência sexual: homens, mulheres, crianças, adolescentes, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexuais.

Direitos das mulheres no currículo escolar

O Conselho de Educação do Distrito Federal criou a Resolução nº 1/2012, destinada a alunos/as que estão cursando os ensinos fundamental e médio de escolas públicas ou particulares do Distrito Federal. A Resolução nº 1 inclui nos componentes curriculares o estudo sobre os direitos das mulheres e de gênero.

Segundo a secretária de Estado da Mulher do DF, Olgamir Amância, as instituições de ensino assumem um valor fundamental no sentido de se tornarem agentes efetivos contra a desigualdade de gênero. “Conforme preconizado pela Lei Maria da Penha e por alguns tratados universais, cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos da mulher”. E você? Já discutiu sobre isso em sala de aula? Vamos cobrar isso!

Fornecimento gratuito da vacina HPV para meninas

O Ministério da Saúde vai incluir no SUS, a partir de 2014, a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), usada na prevenção contra o câncer de colo do útero. Com isso, meninas de 10 e 11 anos terão acesso gratuito às três doses do imunizante. A meta do governo é vacinar 80% do público-alvo, que atualmente soma 3,3 milhões de pessoas. Na rede privada, a imunização, que envolve três doses do remédio, custa entre R\$ 540,00 e R\$ 1.050,00.

Um projeto que está na Câmara dos Deputados (PL nº 6.820/2010) pretende assegurar isso em lei.

O HPV é uma doença sexualmente transmissível e bastante comum em todo o mundo. Nem todos os indivíduos que têm contato com o vírus desenvolverão câncer, mas o HPV está presente em mais de 90% dos casos da doença, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Disque 100

O Disque Direitos Humanos (Disque 100) é um serviço de atendimento telefônico gratuito que funciona 24 horas por dia nos sete dias da semana. Além de receber demandas relativas às crianças e aos adolescentes, trata de violações de Direitos Humanos, em especial contra idosos, pessoas com deficiência, LGBT, moradores de rua, quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação de liberdade.

Como um canal de comunicação criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Disque 100 foi instituído para combater a violência causada contra crianças e adolescentes, acolhendo, orientando e registrando as denúncias, encaminhando-as para a rede de proteção e responsabilização (que pode ser representada pelos conselhos tutelares). O serviço ainda monitora as providências tomadas em cada caso, informando ao denunciante o desenvolvimento do caso.

DIREITOS EM MOVIMENTO: DIREITOS DAS MULHERES			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
14.422.6229.4240.2279 - (EPE) DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES - DISTRITO FEDERAL	0	0	0
13.392.6219.3678.2341 - (EP) APOIO À REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DA FEMUBE - MULHERES PELA EDUCAÇÃO: IGUALDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ	150000	0	0
14.422.6229.3227.2704 - (EP) DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	300000	0	0
14.422.6003.4212.0002 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DISTRITAL DA MULHER - SECRETARIA DA MULHER - DISTRITO FEDERAL	0	0	0
	0	0	0
14.422.6229.4211.0002 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR - SECRETARIA DA MULHER - DISTRITO FEDERAL	0	8078	0
	0	1654495	0
	0	1704	1704

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)

Conferência global define meta de erradicar o trabalho infantil até 2016

Por Vinícius Silva Moreira (18), Estrutural
Colaboração: Israel Victor (18), Leiliane Vieira (18),
Lucas Daniel (18), Paula Castilho (18)

Os ursinhos de pelúcia, os eletrônicos, as vestimentas, as peças automotivas ou qualquer outro bem material podem ter o suor de crianças e adolescentes. A louça lavada, a casa varrida, a roupa passada e a comida preparada também podem ser fruto da exploração de crianças no trabalho doméstico. O mesmo ocorre quando meninos carregadores de sacas de arroz, soja e outros produtos agrícolas trocam a escola ou o direito de brincar pela sua sobrevivência.

ILUSTRAÇÃO JOÃO MARCOS R. SOUZA

De 8 a 10 de outubro de 2013 aconteceu a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em Brasília (DF). A Conferência foi um momento importante para a sociedade global discutir sobre os avanços, os desafios e os esforços na erradicação do trabalho infantil, como o doméstico, o envolvimento de crianças e adolescentes nas cadeias produtivas, na agricultura, na carvoaria, nas zonas de conflito armado, no tráfico de drogas e na exploração sexual. A Conferência contou com a participação de representantes dos governos de vários países, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade civil mundial. Faltou apenas a representação de crianças e adolescentes.

O trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), vem diminuindo num ritmo muito lento. De acordo com os relatórios da OIT de 2000 a 2012, houve uma redução de 31,5%, sendo que o período entre 2008 e 2012 representa o de maior queda nos quadriênios anteriores, com redução de 21%.

Nos últimos 12 anos, o número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham caiu de 246 milhões para 168 milhões. A maior parte está na Ásia (com 78 milhões de crianças trabalhadoras, o que representa cerca de 46% do total). Porém, proporcionalmente à população, é o continente africano o que responde pelo maior percentual de trabalho infantil (21%).

O trabalho infantil é um problema global e está ligado a processos econômicos, institucionais, demográficos, culturais e sociais. O enfrentamento para a erradicação requer um compromisso mundial. Essa perspectiva traz à tona a proteção às crianças e aos adolescentes principalmente em áreas como saúde, educação e programas de renda para a família. A maior meta da III Conferência Global é a erradicação do trabalho infantil no mundo até 2016.

A equipe da revista Descolad@s esteve no evento e entrevistou pessoas de vários países. Uma delas é o ativista indiano Kailash Satyarthi, indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2006 e criador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil. Um dos pontos mais criticados por Kailash é a privatização da educação.

Índia

Kailash Satyarthi
(Ativista)

Apesar de todo este desenvolvimento em tecnologia, economia de mercado, tecnologia da informação e tecnologia espacial, nós temos ainda 168 milhões de crianças envolvidas no trabalho infantil. Muitas são escravas e são vendidas e compradas por um preço mais baixo do que o utilizado para a aquisição de um animal. Outras são traficadas e forçadas a se juntar a conflitos armados e guerras. Outras, ainda, estão no trabalho doméstico como escravas e são exploradas como mendigas (algumas com mãos ou pés amputados) ou são colocadas para pedir dinheiro nas ruas em benefício de verdadeiras máfias. Isso é um problema muito sério no mundo. Eu diria que todas as formas de violação de direitos de crianças são as piores no âmbito dos direitos humanos. Qualquer trabalho que envolva crianças deve ser combatido: prostituição infantil, soldado infantil e trabalho escravo, tráfico de crianças... Isso não deve ser tolerado, não deve ser aceito!

Infelizmente, a Índia possui a maior quantidade de trabalho infantil no mundo. Descobrimos que existem aproximadamente 55 milhões de crianças trabalhando. De acordo com o governo indiano, são 5 milhões de crianças. Quase 60% delas trabalham na agricultura. Muitas trabalham também em olarias (indústrias que fazem tijolos), em mineração, no trabalho doméstico, em bares, nas ruas como prostitutas, em fábricas de sapatos...

No Caribe e na América Latina, o número de crianças trabalhadoras é proporcionalmente menor do que na África e na Ásia. A África está em primeiro lugar, seguida da Ásia e da América Latina. Mas existem outros problemas, como a péssima qualidade e a falta de acesso à educação. Um grande número de crianças não vai para o ensino médio depois de completar o primário. Nas áreas rurais, a estrutura das salas de aula deixa a desejar e professores existem em menor número. O maior problema é a privatização da educação. Isso é um grande perigo. A educação é vendida como mercadoria. Aqueles que podem pagar mais ganham qualidade



melhor. O segundo maior problema, não apenas na Índia, mas também nos países latino-americanos, é o padrão curricular baseado em interesses comerciais e não no desenvolvimento humano. É um padrão desenhado em benefício das indústrias, e todos os jovens estão sendo empurrados nessa direção, para que eles possam ganhar dinheiro rápido. Não são considerados como seres humanos em desenvolvimento, mas como um tipo de recurso para dar mais lucro às grandes indústrias.

República Dominicana

Dayse Mercedes
(Representante do Conselho Nacional para Crianças e Adolescentes)

Na República Dominicana há 304 mil crianças e adolescentes em diferentes tipos de trabalho infantil, e a maior concentração está no setor agrícola, no corte de tomate, no cultivo de arroz. No setor bananeiro foi criada uma estratégia para que as crianças possam ir primeiro à escola e logo depois fazer as tarefas de reforço. Há crianças que vivem com suas famílias e também vendem chocolates, flores e outros produtos na rua.

Peru

María Olave
(Representante da OIT)

No Peru, há 7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. Deste total, 1.700 trabalham (quase 24%). Quer dizer: um de cada quatro meninas e meninos no Peru está trabalhando. A maioria dessas crianças está no setor rural (uma tendência que compartilhamos com o Brasil e outros países da região) e no que se denomina trabalho familiar, quer dizer, em pequenas granjas e sítios de suas famílias.

Outra tendência que ocorre no Peru é que as crianças compartilham o trabalho com a escola, ou seja, estão nos dois lugares. Elas estão assistindo às aulas, mas não aproveitam a aprendizagem, porque necessitam fazer suas atividades e ter um tempo para o descanso, mas o trabalho não permite que elas aproveitem isso.

No Peru existe um comitê nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil,

muito parecido com o Fórum do Brasil. Eles estão desenvolvendo projetos-piloto para aprovar, por exemplo, um programa de proteção social chamado "Programa Juntos", que é similar ao Bolsa Família. A ideia é permitir que as famílias mantenham seus filhos na escola graças a um bônus de incentivo, uma ajuda econômica para o lar. Então, se quisermos que essas crianças deixem de trabalhar, necessitamos que seus pais ganhem mais dinheiro com a produção agrícola que realizam.

Japão

Yuka Iwatsuki
(Representante da sociedade civil/organização: Stop Child Labor Network)

O Japão se desenvolveu economicamente. Então, lá não existe muito trabalho infantil, como em outros países em desenvolvimento. Mas há algumas formas de trabalho infantil piores, como a exploração sexual e a pornografia infantil. Atualmente, no Japão, a distância entre a pobreza e a riqueza vem aumentando. Existem muitas crianças em condição de pobreza e, por isso, nós temos que ser cuidadosos para que elas não sejam empurradas para o trabalho infantil. Eu trabalho com assuntos relacionados ao trabalho infantil há 16 anos e, desde então, houve muito progresso. Todo mundo tem conhecimento sobre o trabalho infantil, que deve ser erradicado. Há muitos documentos sobre isso. Eu acho que agora nós precisamos de mais ação, porém falta força para que possamos ir em frente. Precisamos mobilizar mais a colaboração de vários setores, incluindo empresas, sindicatos e governo, para colocar as iniciativas em ação e avançar.

Samoa

Anmma Lameo
(Representante do governo/Ministério do Trabalho)

Como em nosso país dependemos substancialmente da agricultura, nós não temos uma definição verdadeira sobre o trabalho infantil por causa da nossa cultura e de nossos costumes. E trabalho infantil, como está

nos documentos, inclui trabalho doméstico, que, em nosso país, é a forma natural de viver, e nós chamamos isso de costume de Samoa. As crianças fazem tarefas nas próprias casas, como coleta de lixo de manhã cedo e, depois, higiene pessoal e se preparam para ir à escola. Em nosso país existe educação gratuita para todas as crianças de 5 a 14 anos. A nenhuma criança é permitido trabalhar durante as horas de escola. No último bimestre de 2012, mudamos o horário escolar de 9h às 13h para 9h às 16h. Isso permitirá que os alunos cheguem a um nível de alfabetização para ler, escrever e falar, porque precisam ser bons na língua inglesa e na língua de Samoa. Nossa lei trabalhista permite que adolescentes entre 15 e 18 anos possam fazer trabalhos leves. Não são permitidos trabalhos em residências ou lugares como fábricas e indústrias. Se a fiscalização encontrar qualquer pessoa contratando crianças entre 15 anos e 18 anos, a multa varia entre 5 mil e 6 mil dólares. Também fazemos muita propaganda na mídia, incentivando que os pais levem suas crianças à escola.

Iraque

(Representante do governo)

Há um alto nível de trabalho infantil no Iraque por causa da situação em nosso país. As crianças são atacadas, sequestradas e há muita violação de direitos. Muitas crianças deixam a escola e vão às ruas para trabalhar em consequência da perda da mãe ou do pai. Nós temos uma situação econômica baixa, então tudo isso leva às crianças ao trabalho infantil. Meu departamento no ministério é responsável pelo trabalho infantil informal, porque vocês podem ver, na rua, crianças envolvidas com tráfico ou venda de armas ou limpando para-brisas de carro. Não existe uma lei para defender as crianças, nenhuma lei para proteger. Temos uma lei que protege as crianças entre 15 e 18 anos, que permite que essas crianças trabalhem. Mas trabalhem onde? Em shoppings ou em organizações que possam protegê-los. Mas não há leis que protejam as crianças nas ruas no meu país ou em qualquer lugar do mundo.

Haiti

Gina Jot
(Representante dos trabalhadores)

No meu país, a situação das crianças que trabalham é muito grave. A grande questão é a vulnerabilidade e a pobreza da população. Para que tenhamos a redução ou eliminação do trabalho infantil, é preciso que os pais trabalhem para garantir a proteção de seus filhos. É o objetivo a seguir. Antes de qualquer coisa, a educação é uma prioridade para todas as crianças e para a nação. A educação, em todo país, é o desenho da nação. É preciso que as crianças vão à escola para termos uma sociedade formada, educada. A situação socioeconômica do Haiti é grave, pois há falta de empregos. Nós lutamos para que haja uma política de empregos, porque o trabalho é um direito inalienável dos adultos.

Senegal

Ndiaga Duop
(Representante sindical dos trabalhadores/membro da sociedade civil)

Nós estamos à frente de muitos outros países no que concerne ao trabalho infantil, pois ratificamos a convenção sobre o estabelecimento da idade mínima de trabalho e dos direitos do trabalho das crianças. Nós lamentamos muito que outros países não puderam ratificá-lo. Há muitos trabalhadores que lutam contra isso [o trabalho infantil]. Eles assinaram uma carta sobre as piores formas de trabalho das crianças; então, é isso que nos ajuda a consolidar esse trabalho.

Trabalho infantil e exclusão escolar andam juntos

Por Vinícius Silva Moreira, 18 anos, Estrutural

O trabalho infantil é um grande problema social existente em diversas partes do nosso país, desde o trabalho infantil doméstico, na agricultura, na pecuária, na carvoaria e nos setores urbanos até nos sinais de trânsito e nas ruas das grandes cidades.

De acordo com os dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2013), do IBGE, hoje há no Brasil 3,5 milhões de meninas e meninos de 5 a 17 anos trabalhando, o que equivale a 8,3% da população nessa faixa etária. A maior redução no trabalho infantil no Brasil, por grupo etário, se deu na faixa de 10 a 13 anos (de 615 mil para 473 mil). A segunda maior diminuição ocorreu entre 14 e 15 anos (de 963 mil para 875 mil). Entre os meninos e as meninas de 5 a 9 anos, a queda foi ligeiramente menor, de 89 mil para 81 mil.

Segundo a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Maria de Oliveira, há uma relação direta entre os números do trabalho infantil e a exclusão escolar. De acordo com dados da Campanha

Nacional pelo Direito à Educação, há 3,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola (de 4 a 6 anos: 1,6 milhão; de 6 a 10 anos: 375 mil; de 11 a 14 anos: 355 mil; de 15 a 17 anos: 1,5 milhão).

“Temos diminuído o número do trabalho infantil nos últimos anos, porém não em um ritmo que podemos aceitar. Nenhuma criança e adolescente pode esperar”, ela ressaltou, ao também mencionar que o Brasil enfrenta uma ausência de coordenação política para a erradicação do trabalho infantil.

Isa Oliveira avalia que o marco positivo da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil foi a participação, ainda que restrita, de adolescentes de todos os estados brasileiros. Eles/as produziram mídia de rádio, folhetins e vídeos sobre a conferência e divulgaram todos os acontecimentos. O resultado do que produziram foi apresentado por eles/as no encerramento do evento. A equipe da Descolad@s entrevistou esses/as adolescentes sobre o que mais os/as preocupa em seus estados de origem.

Laislanda, 17 anos, Maranhão

As madames vão para as zonas rurais e procuram por meninas novas que façam o trabalho dentro da casa delas. Chegam com promessas de uma boa vida, uma boa escola, um bom estudo. Acontece que as mães, na maioria das vezes, têm muitos filhos, problemas financeiros e acabam deixando as filhas irem para a cidade grande, pois dizem que na cidade tudo é melhor. Levam as meninas para a cidade grande, e as meninas acabam trabalhando nas casas, fazendo todas as tarefas. Às vezes, não estudam e ficam vulneráveis ao abuso sexual e ao espancamento.

Daiana, 17 anos, Pará

Já fui vítima do trabalho infantil doméstico. Trabalhei dois anos numa farmácia e como babá. Lá, eles queriam que eu fizesse outras atividades, outras tarefas de casa, sendo que meu trabalho era apenas cuidar da criança. Além disso, eles pagavam muito pouco: R\$ 120,00 por mês. Eu entrei num programa pró-jovem adolescente que existia na minha cidade e graças a Deus melhorou a minha vida.

Sara, 17 anos, Acre

O Acre é o terceiro estado com maior índice de trabalho doméstico na Região Norte e também de exploração sexual, pois é uma região de fronteira e muitas pessoas pegam crianças para levá-las tanto para a Bolívia quanto para o Peru.

Taiane, 17 anos, Rio de Janeiro

O que mais me preocupa são as crianças que catam lixo nos lixões, as crianças que ficam nos sinais pedindo dinheiro e o crack. A cada dia que passa, as crianças se entregam mais cedo às drogas.

Tamires, 17 anos, Alagoas

Lá é o trabalho infantil na agricultura. Isso é muito comum. Colocar crianças para trabalhar por “mixarias”, com enxadas e em contato com agrotóxicos como herbicidas, inseticidas e outros venenos. Isso me preocupa muito, porque – por causa desses venenos – muitos meninos não vão poder ter filhos.

Rogério, 17 anos, Rio Grande do Sul

O que me preocupa são as crianças perto da sinaleira, arriscando a vida, podendo ser atropeladas. Um dia, vi uma criança na sinaleira e lembrei de mim, pois minha situação é quase parecida com aquela. Quando eu estava pensando nisso, um ônibus passou por cima de uma criança. Daí, eu chorei e pensei na minha cabeça: chega de trabalho infantil! Agora eu descobri o nome, pois não sabia antes.

Alana Santos, 15 anos, Sergipe

No meu município, existem crianças que trabalham na feira levando ‘carrego’. Isso atrapalha muito, porque as crianças não estão com corpos formados e estão levando aquele peso. O pessoal não entende, não tem conhecimento do que é trabalho infantil no meu estado, e isso prejudica bastante, pois muitas crianças acordam às 4h30 da madrugada para trabalhar na feira e só saem às 11h. Em alguns casos, quando chegam às suas casas, ainda apanham dos pais, porque eles acham que elas ganharam pouco dinheiro.

Lucas, 17 anos, Mato Grosso do Sul

O problema maior é o trabalho infantil rural e doméstico. Especificamente na minha cidade, são crianças trabalhando em carvoarias e também nos trabalhos pesados.

Marco Antônio, 16 anos, Tocantins

O trabalho infantil mais comum é o meio logístico de indústrias. Os adolescentes trabalham como carregadores e descarregadores de cargas dos caminhões que chegam para abastecer essas lojas de varejos, essas lojas gigantes.

Laiana, 16 anos, Bahia

O que mais me preocupa é o trabalho infantil nas ruas. Existem ambulantes, vendedores em ônibus. Quando o sinal fecha, eles vão correndo para vender balas e muitas vezes são atropelados. Hoje em dia, em qualquer lugar você vê isso. Não é uma coisa normal, mas já se vê tanto que as pessoas acham normal. Mas não é normal, é comum. Criança não é para trabalhar, e sim para estudar.

Wesley, 16 anos, Espírito Santo

Os trabalhos que mais me preocupam são aqueles que ocorrem nas carvoarias, nos sinais de trânsito, e os meninos que vendem balas nos ônibus. Isso é muito forte. Todo mundo vê, mas parece que isso é uma coisa normal. Ninguém liga. O pessoal compra e fala que é melhor comprar do que deixar o menino roubar. Acho isso errado.



O País do Futebol

Paula Gabriela B. Castillo, 18 anos, Lago Oeste

não quer só futebol!



FOTO PAULA CINQUETTI/Agência Senado

Em junho de 2013, os protestos, inicialmente centrados nas tarifas dos transportes públicos coletivos, se ampliaram para questões variadas, como a defesa de políticas sociais, o fim da corrupção e contra o descaso com a população pobre e as minorias. Sua força surpreendeu e impactou os poderes Executivo e Legislativo, pressionando-os a dar respostas concretas às demandas da sociedade. Em muitas cidades, o clamor das ruas foi ouvido, o que levou à revogação do aumento das tarifas de ônibus e trens. As manifestações chegaram a juntar 2 milhões de pessoas em mais de 400 cidades brasileiras. No mesmo mês, começava a Copa das Confederações.

O ativista e coordenador-geral do Corpo Jurídico Voluntário, ligado ao Movimento Social de Defesa à Liberdade, de Natal (RN), Dayvson Moura, de 30 anos, conta uma vitória que eles tiveram após uma série de manifestações organizadas e pensadas originalmente em redes sociais. “Quando nos demos conta, já éramos milhares nas ruas. O que conseguimos depois de três meses de protestos intensos foi a instauração de uma CPI contra a prefeita de Natal e, com isso, sua destituição do cargo público. O que me motiva a continuar lutando é a certeza de que eu não verei a revolução acontecer, mas terei contribuído para indicar a estrada certa para ela”, acredita.

O povo brasileiro, com participação massiva dos jovens, saiu às ruas lutando não somente pela redução nas tarifas de transporte coletivo ou por melhorias no transporte público, mas também pela saúde e pela educação, ob-

servando os gastos públicos para que as prioridades da sociedade sejam atendidas, indignados com a corrupção política em geral e, principalmente, com os gastos absurdos para a Copa do Mundo. De acordo com o Portal da Transparência, só de recursos públicos serão quase R\$ 10 bilhões.

Ao comentar as manifestações pelo Brasil para a rede britânica BBC, Alain Touraine, sociólogo francês e especialista em América Latina, afirmou que se construiu, com o passar dos tempos, uma imagem do Brasil de que tudo ia bem, mas que os protestos correspondem melhor à realidade do país. “A pobreza, que permanece imensa, é sacrificada em benefício do espetáculo”, disse Touraine, se referindo aos gastos “gigantescos” com as obras para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, que geraram protestos “no País do Futebol”.

Para Adriana Saraiva, especialista em ativismo juvenil, as manifestações também desvendaram novas formas de ação coletiva. “Os aspectos virtual e presencial se inter-relacionam profunda e permanentemente, fortalecendo características da mobilização social, tais como a horizontalidade, a não liderança e a ação direta, desvinculada de partidos políticos e instituições”, explica. Em sua opinião, os protestos mostraram que os jovens, mesmo em um país tão envolvido com o futebol como o Brasil, continuam a se mobilizar e a lutar “por causas que interessam a toda a sociedade, o que muitos intelectuais e meios de comunicação julgavam não mais existir”, avalia.

2014: Copa do Mundo no Brasil. Ano de eleição!



Os jogos no Brasil começam em junho e vão durar um mês. Grupos do Facebook se organizam para a realização de manifestações sobre muitas inquietações e revoltas populares. Algumas das mobilizações serão: 1) relativas aos gastos excessivos com a Copa do Mundo no Brasil; 2) sobre a reivindicação de que tanto a educação quanto a saúde estejam no “padrão Fifa”; 3) contra a exploração sexual e o tráfico internacional de crianças e adolescentes; 4) a favor do passe livre e de um transporte público de qualidade que funcione as 24 horas do dia; e 5) pela desmilitarização da polícia, entre muitas outras.

Já o 1º turno das eleições será no dia 5 de outubro de 2014, o que pode ser algo bastante decisivo para definir quem ou quais serão os candidatos e partidos que irão representar o povo brasileiro e, principalmente, quais serão as respostas às reivindicações que serão levadas aos espaços públicos.

Vamos botar mais gente nas ruas do que dentro dos estádios!

Thallita de Oliveira (20), Santa Maria.

MINHA MÃE DOMÉSTICA, O QUE ME AFETA?

Minha mãe e minhas tias são empregadas domésticas, e minha avó paterna, hoje aposentada, também foi doméstica. Só minha avó era mensalista; minha mãe e minhas tias são diaristas, o que é um desafio ainda maior, por não haver vínculo trabalhista. E como trabalha a cada dia em casas diferentes, recebendo pelo dia de trabalho, como ela faz se quiser tirar férias, precisar ir ao médico ou à escola do/a filho/a? Ela perde o dinheiro daquele dia. Posso dizer que a única vantagem é que a diarista gera mais dinheiro do que a mensalista. E algumas trabalhadoras preferem ser diaristas, também, porque se sentem mais autônomas, por não manter relações afetivas com os

empregadores e, assim, evitar a precarização do trabalho. Um dos principais problemas é que muitos/as não consideram o trabalho doméstico um trabalho formal, por causa da herança de uma tradição escravocrata. Um exemplo é como se dá a relação entre patroa e empregada, que muitas vezes têm uma à outra como “da mesma família”, o que dificulta a cobrança dos direitos da trabalhadora. Talvez agora, com seus direitos aprovados, esta realidade mude. No entanto, a cultura de servir sempre ao outro e de não perder a confiança dos patrões levou muitas trabalhadoras a não cuidar devidamente de sua saúde, por exemplo. E como fica a relação com seus

filhos e suas filhas? Todo mundo precisa de afeto, de carinho, de atenção. Então, como isso se dá para as crianças que são criadas por mães que dependem daquele dinheiro do dia trabalhado? A mãe tem que decidir entre dar atenção ao filho ou dar a sua alimentação? Diante disso, o que fazer para resolver este problema social tão sério e que afeta tantas famílias? Um primeiro passo seria a valorização do trabalho doméstico e o reconhecimento por parte dos empregadores e de todas as trabalhadoras da importância do seu trabalho. Um salário mínimo não é suficiente para se trabalhar 44 horas semanais num serviço que nunca finaliza, é repetitivo,

cansativo e desgastante. E o Estado precisa garantir creches públicas suficientes para dar conta de todas as crianças, além de escolas, espaços culturais, de lazer e esporte para atender aos adolescentes. Outro ponto essencial é cultivar uma cultura de respeito por todos/as o/as trabalhadores/as, independentemente da sua função. Vejam o que aconteceu com duas tias minhas. O que faz uma pessoa (patroa) separar dois copos – um de requeijão e outro de extrato de tomate – e dizer para a empregada: **“Olha, é um copo pra você tomar café e outro pra beber água”**? E o que faz uma pessoa (patroa) não avisar à trabalhadora (diarista)

que ela não deve ir em determinado dia e, quando ela chega ao prédio, a patroa nem ao menos desce ou pede para ela subir para se explicar? Somente avisa pelo interfone que naquele dia ela não precisará dos serviços da diarista. Vivemos ainda em uma cultura de escravidão. A classe dominante acredita que a classe baixa depende dela para sobreviver. E muitos/as de nós, inclusive algumas empregadas domésticas, acreditam que foram feitas para servir, como se fosse uma predestinação. Uma frase chocante de uma doméstica nos faz refletir sobre a representação social que ela faz de si: **“Eu, me educaram que eu tinha que servir eles! É a**

regra que eu aprendi! Como é que eu vou mudar?”. Minha mãe é um exemplo de mulher pra mim, pelo que ela é e pelo que ela faz, pois me orgulha muito ter uma mãe corajosa, que encara todos os dias a jornada de limpeza, de cuidado das casas de outras pessoas, e ainda cuida da própria família, fazendo tudo com qualidade e amor, levando alegria para outras famílias também. As empregadas domésticas não levam só a mão de obra para lavar, passar, cozinhar. Elas cuidam, deixam tudo cheiroso, se preocupam – elas levam sorrisos. Minha mãe doméstica me afeta, me afeta a ser como ela: corajosa, guerreira e fiel aos meus sonhos.

PROJETOS DE LEI VISAM COMBATER O BULLYING NA ESCOLA E NA INTERNET

Wallison Lopes, 18 anos, Estrutural

O que é o bullying na escola? É um ato de agressividade tanto verbal quanto física no qual o/a aluno/a expõe outros colegas a situações constrangedoras e humilhantes no ambiente escolar, cotidianamente. Na maior parte dos casos, as vítimas do *bullying* apresentam danos psicológicos e emocionais muito graves. Normalmente, o *bullying* é uma espécie de afirmação de poder por meio da violência e da intimidação, que não acontece apenas na escola, mas também em casa, na vizinhança e pela internet.

De acordo com a Agência Câmara, Brasília é a capital do País com a maior quantidade de estudantes que sofreram *bullying* (35,6%), praticamente empatada com Belo Horizonte (35,3%) e Curitiba (35,2%).

Alguns projetos de lei com essa temática estão em discussão no Congresso Nacional. Na Reforma do Código Penal (PLS nº 236/12), havia projetos que objetivavam tornar crime o *bullying* ou a chamada "intimidação vexatória", mas o senador Pedro Taques (PDT-MT), relator da Reforma, afirmou que, embora o *bullying* seja uma conduta muito grave, não deve ser tratado pelo direito penal. "Os excessos devem

ser endereçados pela atuação eficiente das escolas e dos pais. Na grande maioria das vezes, os próprios agentes são outras crianças ou adolescentes. A pergunta que fica é: cabe ao direito penal prevenir um conflito social que envolve, em ambos os lados, crianças e adolescentes?", indagou. Até o fechamento desta edição, o relatório aguardava votação por uma Comissão do Senado.

Na mesma linha foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados que tenta evitar ao máximo a penalização por *bullying*, justamente porque a maioria dos casos de *bullying* envolve crianças e adolescentes.

A proposta (PL nº 5.369/09) do deputado federal Vieira da Cunha (PDT-RS) cria o Programa Nacional de Combate ao Bullying, com os objetivos de prevenir e conscientizar. O projeto obriga escolas e clubes de recreação a adotar medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao *bullying*.

A iniciativa também muda o nome "*bullying*" para "intimidação sistemática", para fugir um pouco do estrangeirismo.

Pela proposta, várias atitudes são consideradas intimidações: ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, o isolamento social da vítima, piadas maldosas, o uso da internet para incitar a violência e a atitude de adulterar fotos e dados pessoais de outras pessoas sem o consentimento delas e com o intuito de prejudicá-las (o chamado *cyberbullying*).

Outra intenção desse projeto é instruir pais, alunos e professores para que todos juntos possam atuar na solução do problema. O projeto objetiva também oferecer ajuda psicológica às vítimas e aos agressores, para que revejam seu comportamento.

O estudante Chrystiano Schuldiner, de 16 anos, concorda com a iniciativa. "Acho mais do que necessário implantar o programa de combate ao *bullying*, pois, em si, o *bullying* é violência simbólica, não interessa se tem ou não maldade, depende do ponto de vista de cada um. Afinal, todo grupinho tem suas brincadeiras, mas exceder os limites é inaceitável", afirma.

Ana Cristina, de 16 anos, defende uma cultura de paz. "Temos que saber conviver com o máximo de harmonia e respeito com o outro, e a escola tem que enfatizar que o *bullying* é errado", ressalta.

Já a estudante Maria da Paz Reis Cavalcante, de 15 anos, quer que os agressores sejam punidos de alguma forma. "Eu já sofri muito com isso e tem gente que sofre até hoje", lamenta. Um ambiente escolar de qualidade é algo fundamental para que a aprendizagem seja proveitosa e, acima de tudo, prazerosa, e não conseguiremos isso se não abrimos nossa mente para essa questão do *bullying*, que é algo tão frequente tanto no ensino público quanto no privado.

Alunos/as de todo o País não devem acordar de manhã com medo de ir para a escola e com receio de ter sua integridade moral, física, emocional e psicológica violada. O praticante de *bullying* não deve ser criminalizado; afinal de contas, não se combate violência com mais violência. Em vez disso, os governos devem investir em medidas que ajudem os agressores a se conscientizar do dano que causam. Além disso, o Estado (nas três esferas de atuação: municipal, estadual e federal) precisa preparar as escolas para prevenir e solucionar os conflitos, proporcionando um ambiente educacional de bem-estar e de convivência harmoniosa e respeitosa.

LINK COM O CONGRESSO: CRIMINALIZAÇÃO DO BULLYING

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
13.392.6219.3678.2326 - (EP) APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DE COMBATE AO BULLYING NAS ESCOLAS	150.000	0	0
13.392.6219.3678.2649 - (EP) APOIO E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	150.000	150.000	150.000

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)

A VIOLÊNCIA MASCARADA NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Israel Victor de Melo (18),
Estrutural

Os meses de junho e julho de 2013 foram marcados por protestos em todo o Brasil. Segundo balanços realizados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), cerca de 2 milhões de manifestantes foram às ruas em mais de 400 cidades brasileiras, além de ações no exterior em apoio aos protestos.

O que certamente surpreendeu de forma negativa o povo brasileiro foi a truculência da Polícia Militar contra os manifestantes. As ações de repressão da PM eram de extrema violência e, num determinado momento, trouxeram à tona a fragilidade da formação dos policiais e sua cultura de violência sobre o exercício cidadão pela democracia.

O que chamou a atenção da classe média já é rotina nas periferias há muito tempo. “Estávamos em quatro amigos, três brancos e eu, negro, no Plano Piloto. Ao caminhar, fomos abordados por policiais. Eles revistaram meus amigos num local e me revistaram em outro. Num determinado momento, percebi que um policial estava com uma metralhadora engatilhada, apontando para meu pescoço, o que não aconteceu com meus amigos brancos. Foi aí que pude perceber que a hostilidade e a coação por parte dos policiais se intensificavam contra a figura negra. Essa violência pode não ser letal fisicamente, mas é uma violência letal à identidade, à dignidade, ao respeito”. Este é um depoimento verídico de um jovem de Planaltina que fez parte da primeira geração de adolescentes participantes do projeto Onda, em 2007. João Nogueira cursou Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB) e é professor temporário da Secretaria de Educação do DF.

Para Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), é preciso debater um modelo de política de segurança pública no Brasil com a participação da sociedade. “Eu considero que discutir a segurança pública hoje exige discutir a maneira como o racismo sempre operou em todos os órgãos de segurança pública em detrimento da população negra. Acho que é um momento de se discutir a desmilitarização da polícia como uma forma de fazer com que essa instituição se adapte, ou seja, se torne mais adequada à socieda-

de democrática que nós temos tanto lutado para construir”, declarou.

Desmilitarização da polícia

Em entrevista à Revista Fórum, Túlio Vianna, professor de Direito Penal da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), considera que parte da sociedade ainda não percebeu a importância de se discutir o tema por falta de informação. “Quem fala que a desmilitarização é tirar a farda ou desarmar a polícia não faz ideia do que seja isso. Só para dar um exemplo, as polícias dos EUA e da Inglaterra são 100% civis. Ninguém em sã consciência pode dizer que a polícia norte-americana é desarmada ou pouco treinada ou, ainda, não uniformizada”, afirmou. “É uma questão de unificação das atividades policiais em uma única corporação, formando o que chamamos de ciclo completo, quando ela faz tanto o policiamento ostensivo quanto o investigativo. E visa também a acabar com o Código Penal Militar, aplicado aos policiais. A desmilitarização tem muito mais relação com a cultura institucional do que propriamente com o tipo de armamento e a uniformização. Isso não vai mudar, assim como nos EUA e na Inglaterra existem policiais que usam farda e armamento durante as suas atividades. Isso é bem claro em qualquer país no mundo onde a polícia seja 100% civil. O que, aliás, é a regra”, salientou. Para Débora Maria da Silva, fundadora e uma das coordenadoras do movimento Mães de Maio (surgido em consequência do massacre ocorrido em São Paulo entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, que vitimou 493 pessoas e cuja maior responsabilidade recai sobre grupos de extermínio, que contariam com a participação de agentes do Estado), “a PM viola os direitos humanos dos praças, que são explorados dentro da corporação. Então, imagina o que eles não fazem nas ruas! Fazem mal aos pobres, negros e jovens das periferias. É uma polícia treinada para matar, e o inimigo, declarado nas aulas práticas deles, nos bancos onde os policiais são treinados, são os negros e periféricos. Eles matam com a certeza da impunidade”, desabafou.

Segundo ela, a desmilitarização é uma reivindicação que tinha que ter vindo juntamente com o fim dos registros de 'resistência seguida de morte'. "Nossa polícia não nos oferece segurança, mas sim insegurança. Eles matam nossos filhos descaradamente. Essa instituição carrega os legados e as ideologias da época da escravidão. São os mesmos coronéis que caçavam escravos", acusa.

De acordo com o Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), policiais em serviço foram responsáveis pela morte de 5.591 pessoas entre 2001 e 2011 em São Paulo, o que corresponde a uma média de 508 por ano.

Até o fechamento desta matéria, o projeto de lei (PL nº 4.471/2012) que determina o

fim dos autos de resistência, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-DF), estava na pauta de votação do Plenário da Câmara dos Deputados e depois ainda será analisado pelo Senado. Esse projeto modifica o Código de Processos Penais para acabar com os "autos de resistência" (ou com a "licença para matar", como dizem os movimentos sociais).

A desmilitarização da polícia é uma luta necessária à democracia, haja vista que o enfrentamento à violência não se dá, sob circunstância alguma, por meio da própria violência. E, ordinariamente, fora das manifestações, essa violência atinge com maior incidência a população da periferia e a negra, especialmente a parcela jovem.

Ao ferir ou matar um "suspeito", o policial pode alegar resistência à prisão – por parte do suspeito –, e o inquérito de investigação é arquivado.

"A criança negra já nasce com sua expectativa de vida reduzida por conta dessa violência"

PARA SABER MAIS...

Uma dica de leitura é a excelente matéria feita pela Revista Fórum: "Desmilitarização, um debate inadiável", de Felipe Rousselet, Glauco Faria e Igor Carvalho, publicada na edição nº 125 (1º/9/2013), que também está disponível na internet: <<http://revista-forum.com.br/blog/2013/09/desmilitarizacao-um-debate-inadiavel/>>.

No YouTube há um vídeo muito esclarecedor feito pela Assembleia Popular de Belo Horizonte (MG): "Túlio Vianna – Aula Pública sobre a Desmilitarização da PM" (BH, 06/07/2013).

Mapa da Violência

O "Mapa da Violência 2013", organizado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, apresenta dados referentes às mortes por armas de fogo no Brasil, compreendendo e comparando as três últimas décadas. Nele, temos acesso a números que reproduzem de forma sistemática o genocídio da população, sobretudo de jovens negros de 15 a 24 anos.

Enquanto 18.867 pessoas brancas foram assassinadas em 2002, 27 mil pessoas negras foram assassinadas no mesmo período. No ano de 2011, foram 35.207 homicídios de negros e 13.895 assassinatos de brancos. Isso representa: 1) uma queda de 26,4% dos homicídios entre a população branca; e 2) um aumento de 30,6% dos homicídios entre a população negra. Houve um aumento,

ainda, na participação de negros nos homicídios; porém, a vitimização cresceu muito mais, ou seja, os negros são mais vítimas de homicídios do que praticantes.

Em relação à população jovem, 6.596 brancos foram assassinados em 2002, e esse número cai para 3.973 no ano de 2011, uma diminuição de 39,8%. Entre a população jovem negra, há um aumento de 18,4% em comparação aos anos de 2002 (11.321 jovens negros assassinados) e 2011 (13.405 jovens negros assassinados).

"A criança negra já nasce com sua expectativa de vida reduzida por conta dessa violência", lamenta o educador João Nogueira.

A partir das informações apresentadas, destaca-se a necessidade de mais políticas públicas garantidoras de direitos à população em geral, mas, principalmente, à população jovem, mais ainda à população jovem negra.

CAVANDO: SEGURANÇA PÚBLICA			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
06.128.6008.4088.0024 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - PLANO PILOTO	0	250	0
	50.000	0	0
	150.000	131.234	131.234
06.128.6217.4088.0025 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - AGENTES DE SEG. PÚBLICA - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA - PLANO PILOTO	0	3.750	0
	0	118.555	118.554
	200.000	10.439	5.778
	75.000	28.064	21.694
06.451.6217.3903.9731 - (EPE) REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - ADEQUAÇÃO E MELH. DA PORT. E ALOJ. PENIT. FEMININA - PLANO PILOTO	0	60.000	0
06.181.6217.1575.0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - PLANO PILOTO	0	0	0
	0	0	0
	0	0	0
06.122.6008.8504.6974 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	300.000	423.756	423.756
	100.000	9.321	0
	4.400.000	5.920.917	5.920.917
	1.800.000	541.005	499.911
06.181.6217.3419.0001 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	383.385	955.412	562.238
06.181.6217.2947.0001 - CENTRAL DO DISQUE-SEGURANÇA - DISTRITO FEDERAL	2.900.000	513.231	513.230

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)

O jovem negro tem sido vítima de violência brutal. Isso é reflexo da desigualdade social e racial – visto que o negro foi escravizado por anos e, após liberto, foi expulso para as comunidades desfavorecidas –, da não aplicação universal de políticas sociais e da não garantia plena de seus direitos. Tal afirmação pode ser

aferida na prática, porque é evidente a aplicação muito desigual de recursos públicos em regiões favorecidas social e economicamente. É reflexo, ainda, de um sistema capitalista brutal, que objetiva o poderio de uns poucos sobre muitos, não raro exercido com violência, entre outros fatores.

MUDE DE CANAL

Somos a rede social!

A necessidade cada vez maior de adquirir uma informação mais abrangente, verdadeira e sem cortes, livre de censuras que envolvem interesses particulares, foi uma das inquietações que possibilitaram a criação de novos modelos de mídia.

Alguns deles podem ser conhecidos como “mídia alternativa”, “jornalismo alternativo” ou até mesmo pelo nome de um grupo que teve bastante visibilidade nas manifestações de junho no Brasil, a *Mídia Ninja*, cuja sigla significa *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*.

De acordo com Brunna Rosa, especialista em comunicação digital, embora a *Mídia Ninja* exista como um coletivo, ela acabou virando um conceito de comunicação. “Na mídia privada, existe toda uma edição, um trabalho, uma filtragem. Já na *Mídia Ninja*, como qualquer um pode ser repórter, ela dá o material bruto”, afirma.

Para Brunna Rosa, modelos como a *Mídia Ninja* representam uma das formas de disputar o poder da informação que, no Brasil, está concentrado em apenas 11 famílias, que controlam quase todos os meios de comunicação (rádio, TV, jornais, revistas etc.).

Atualmente, qualquer pessoa em uma manifestação, por exemplo, pode gravar um áudio, um vídeo e tirar fotos com o seu celular, criar sua própria matéria, expressar seu ponto de vista, não mais se limitando ao conteúdo produzido e difundido pela mídia convencional.

Quando se tem apenas uma fonte de mídia, é como se somente aquela informação fosse a verdadeira, só aquilo pudesse ser real. E como algumas pessoas só têm acesso àquele tipo de informação, tomam-no como verdade.

Paula Gabriela B. Castilho (18), Lago Oeste

O uso das redes sociais como ferramenta de mobilização

Os políticos, em geral, se assustaram com a cobertura das manifestações nas redes sociais, ainda mais porque são meios de comunicação sobre os quais eles, em sua grande maioria, não têm domínio (muito menos controle, como têm sobre vários meios de comunicação convencionais). Além de surpreender a classe política, a mobilização nas redes sociais para as manifestações de rua também surpreendeu a mídia, que mudou o tom de sua cobertura, principalmente depois da brutal repressão da PM de São Paulo aos protestos contra o aumento da tarifa de ônibus no dia 13 de junho de 2013. Já não havia mais como mascarar as denúncias em tempo real que circulavam pela *internet*. Por outro lado, historicamente, os veículos de comunicação tradicionais estão longe de dar o espaço necessário às reivindicações populares.

Vinícius Moreira tem 18 anos e, juntamente com outros colegas, estava investigando o orçamento público para a Copa do Mundo em relação ao orçamento destinado à Cidade Estrutural (DF), onde todos eles moram. Ele estava na manifestação do dia 15 de junho, data de abertura da Copa das Confederações em Brasília. “Apuramos dados absurdamente injustos. Por exemplo: o que estava previsto para a construção de uma escola e de uma biblioteca na Estrutural não foi gasto por falta de prioridade orçamentária. E fomos entrevistados pelo principal jornal da cidade. Apresentamos os números e os enormes descasos e as injustiças. Tivemos a promessa de que a matéria seria capa do jornal. E aí se passaram vários dias, e nada. A matéria nunca foi publicada”, relatou.

Campanha “Para Expressar a Liberdade”: uma nova lei para um novo tempo

A campanha pela *Lei da Mídia Democrática* é uma iniciativa de dezenas de entidades da sociedade civil que acreditam que uma nova lei não é só necessária, mas urgente. No site da campanha, as entidades lembram que “são 50 anos de concentração, de negação da pluralidade. Décadas tentando impor um comportamento, um padrão, ditando valores de um grupo que não representa a diversidade do povo brasileiro. Precisamos de uma nova lei para este novo tempo em que vivemos, de busca do maior número de versões e visões sobre os mesmos fatos”. O Código Brasileiro de Telecomunicações (que é de 1962) continua o mesmo. Ao se pensar na revolução tecnológica que aconteceu neste meio século em termos de mudanças sociais, políticas e econômicas e, principalmente, na liberdade de expressão, é que se vê a necessidade de uma nova lei. Para se tornar um projeto de lei de iniciativa popular, a proposta precisa de 1 milhão e 300 mil assinaturas. No site da campanha é apresentado um “kit” para a coleta de assinaturas. Saiba mais em: <www.paraexpressarliberdade.org.br>.

ILUSTRAÇÃO FRANCISCO ACIOLI



PELO DIREITO À MEMÓRIA: O MOVIMENTO E A IDENTIDADE DA ESTRUTURAL

Moro na Estrutural há 13 anos. Sempre ouvi meus pais rememorando o início da cidade, o histórico de luta, a resistência e a mobilização da comunidade em prol de objetivos comuns. Jamais pude ver a história da minha cidade compartilhada em livros didáticos, mídias, espaços de comunicação e até mesmo outras comunidades. E só por meio do projeto Ponto de Memória pude ter acesso à riqueza histórico-cultural dela.

O Ponto de Memória da Estrutural, criado em 2011, é um projeto-piloto do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) que visa à consolidação de um museu social, comunitário e autogestor segundo a abordagem da museologia social, uma prática de expansão do direito à memória em comunidades populares. Ou seja, segundo essa concepção, todo ser humano deve ter acesso às memórias da sua comunidade, região ou espaço. O eixo dessa temática põe em discussão os padrões artísticos e culturais dos museus. O conceito da iniciativa põe em questão a seguinte máxima: a arte e a cultura são produções para apreciação apenas da elite, como uma forma de erudição?

A recicladora Jeruza Teixeira, de 43 anos, mora há 20 anos na Estrutural e conta como foi sua chegada ao local: "Cheguei em 1993 à região onde atualmente funciona a Cidade do Automóvel. Éramos 1.560

famílias que foram removidas no ano de 1996. Lembro dos confrontos. Tenho dois filhos, que aqui nasceram. Precisava de lugar para morar. Minha principal dificuldade era a moradia. Não sabia o que poderia acontecer. Nesses confrontos, tudo parecia uma guerra: várias pessoas morreram, sumiram... Eram quase 1.700 policiais para nos remover. Ficamos, ainda, muito desmoralizados perante aqueles que não conheciam nossas realidades. O governo nos mostrava como pessoas de má índole. E, a partir dessas necessidades, comecei a trabalhar com a reciclagem. Resistimos com passeatas. Às vezes, a gente fechava a via Estrutural para pressionar o governo. Mesmo assim, nos acusaram de fabricação de armas caseiras! Na verdade, eram os policiais que atacavam com bombas. Eu acho que é importante que aqueles que chegaram agora percebam a importância dessa comunidade e, sobretudo, das nossas lutas e conquistas. Servimos de exemplo para valorizar aquilo que aqui já está estabelecido e devemos compreender que esta comunidade é fruto desses movimentos. Não podemos parar. Nossas reivindicações devem ser assumidas pela comunidade. Somos incansáveis! Outras pessoas, tendo acesso à nossa história, permitem-nos que sejamos mais reconhecidos", relata a recicladora.

O direito à memória também é cultura

É preciso desmistificar a ideia de que há apenas um padrão uniforme e compreender que há uma variedade de culturas (nas comunidades populares, nos centros urbanos e nas áreas rurais, entre outras localidades) que dizem respeito aos comportamentos e às ações partilhadas em determinados grupos (família, amigos/as etc.).

A construção de uma memória coletiva é importante para aqueles/as que a compartilham, pois ela é símbolo de identidade de comunidades. Para consolidar minha noção de pertencimento e de identidade na comunidade da Estrutural, rememoro minhas brincadeiras, meus jogos, os lugares que eu frequentava e ainda frequento, os cheiros e os gostos que me fazem lembrar desses momentos na comunidade.

O hábito de rememorar e, sobretudo, compartilhar essas histórias entre comunidades e pessoas permite que as lutas, as resistências e as conquistas da comunidade da Estrutural sejam legitimadas na História (aquela de cada um/a e de todos/as). De forma que, assim como eu, a recicladora Jeruza Teixeira e todos/as os/as moradores/as de lá possamos nos orgulhar e continuar lutando por aquilo que acreditamos ser o ideal para todos/as e, mais do que isso, para que tenhamos uma cidade com todos os seus direitos plenos realizados.

Universidade X Curso Técnico

De um lado, a universidade, o ensino superior, o tão esperado diploma. Do outro lado, o curso técnico, com a possibilidade de ingresso rápido ao mercado de trabalho. E agora, o que fazer?

As universidades são um conjunto de estabelecimentos de ensino de nível superior onde são ministrados os mais diversos cursos, cada um com suas matérias gerais e específicas. Na universidade se estuda todas as matérias relacionadas à área que determinada pessoa escolhe para seguir sua carreira profissional. É onde se formam os médicos, professores, cientistas, psicólogos etc. Já os cursos técnicos oferecem um estudo especificamente direcionado a uma determinada profissão. São mais rápidos do que os cursos universitários e viabilizam a formação de profissionais como agentes comunitários, técnicos de segurança do trabalho, técnicos em jogos digitais, etc.

Entrevistamos três jovens que acabaram de se formar no ensino médio e que hoje fazem curso técnico. "O que mais me atrai no curso técnico é a facilidade para entrar no mercado de trabalho", diz Túlio Costa.

Paulo Ricardo, que além de fazer curso técnico também cursa Direito em uma universidade particular, concorda. "O curso técnico é muito importante, pois oferece um bom salário após a formação, e o governo está investindo bem nos cursos que capacitam trabalhadores para áreas técnicas. Sem falar que os cursos técnicos têm uma duração de um a dois anos em média, o que torna essa opção de formação profissional um investimento com uma resposta mais rápida", ressalta.

Já para Juliana Campos, os cursos técnicos oferecem uma especialização, e a graduação é mais abrangente. "O curso universitário dura mais tempo e você estuda mais a fundo. No final, o mercado de trabalho é bem maior do que o do curso técnico", afirma.

Leiliane Vieira Miranda (18), Paranoá
Lucas Daniel Rodrigues de Sousa (18), Paranoá

Preconceito

Não é de hoje que o ensino técnico sofre preconceito, principalmente pela facilidade de acesso aos cursos, muitas vezes gratuitos e sem provas. Por serem também cursos oferecidos pelo governo, eles são vistos como cursos para a classe baixa, o que os desvaloriza na comparação com os cursos universitários. Inclusive, existe uma grande diferença salarial entre um indivíduo com formação técnica comparado com um universitário. Mas trata-se de um preconceito e, como tal, é baseado na ignorância dos fatos e da realidade em que estes se dão. Neste caso, ignora-se que a formação técnica é necessária para o desenvolvimento do Brasil, pois há falta de mão de obra qualificada para vagas disponíveis de emprego no País que, se preenchidas, contribuem, direta e imediatamente, para a redução do desemprego, o crescimento da renda das famílias e o aumento do consumo.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), 6,6% dos jovens brasileiros de 15 a 19 anos fazem cursos técnicos, o que equivale a aproximadamente 1,3 milhão de jovens. Na Argentina, 25% dos estudantes do ensino médio optam por cursos técnicos. Na Coreia do Sul, são 37%, e na Alemanha, quase 70%.

A educação é um direito de tod@s

Tanto o ensino universitário quanto o ensino técnico são necessários: ambos capacitam profissionais competentes, que serão designados a profissões dignas, apesar de oferecerem formações diferentes.

Para haver uma educação democrática, é necessário que haja oportunidades para todas as pessoas de todas as classes e de todas as formas. O governo investe no ensino técnico público para se tornar uma alternativa mais fácil às classes baixas, em vez de aumentar o acesso à faculdade pública. Até porque nem todo adolescente de classe média deseja cursar uma carreira acadêmica e nem todo adolescente de renda baixa quer fazer um curso técnico. Ao adolescente não deve ser imposto um tipo de estudo por sua classe social. A educação democrática é o que dá o direito de escolha, com oportunidade para tod@s.

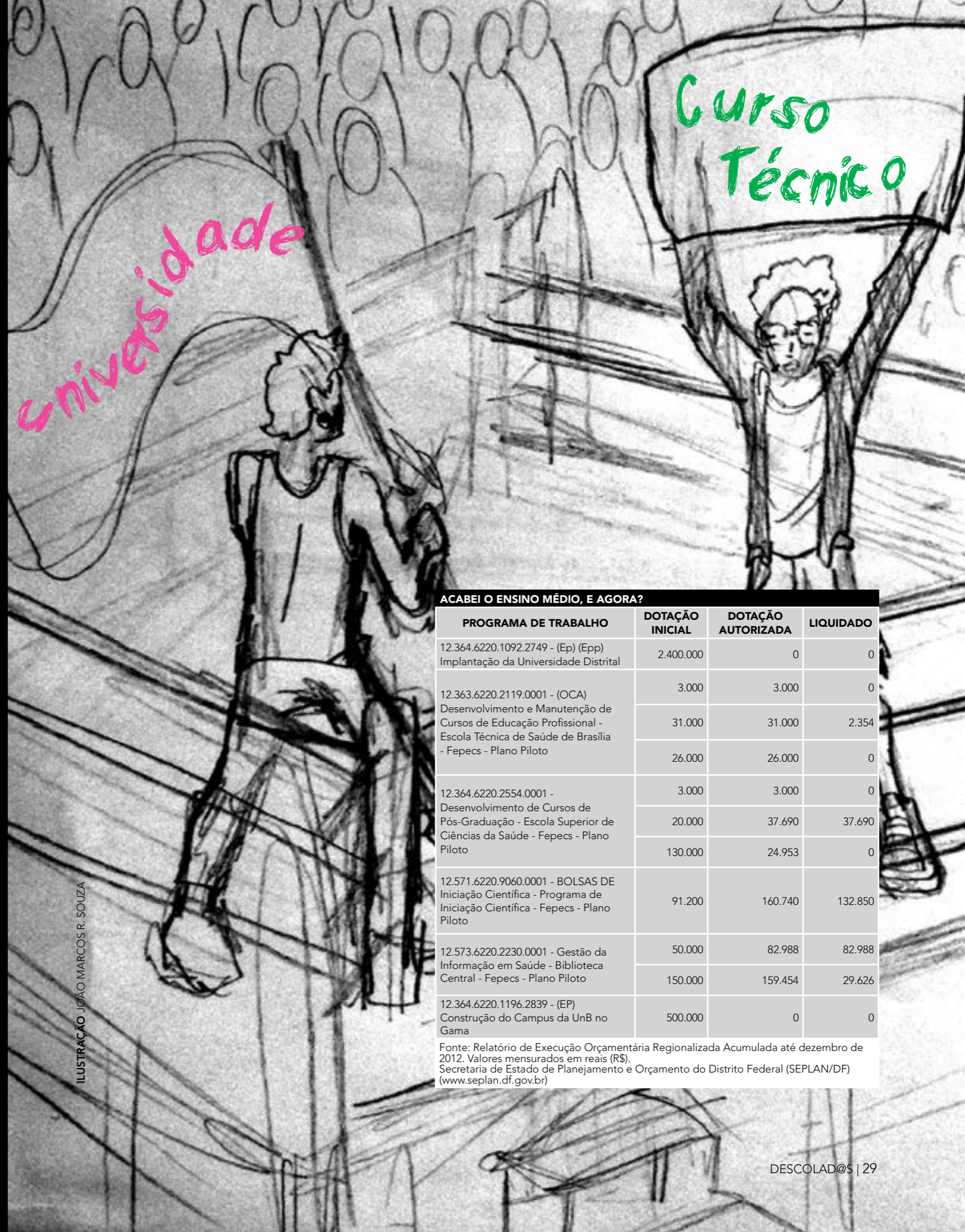


ILUSTRAÇÃO JOÃO MARCOS R. SOUZA

ACABEI O ENSINO MÉDIO, E AGORA?

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
12.364.6220.1092.2749 - (Ep) (Epp) Implantação da Universidade Distrital	2.400.000	0	0
12.363.6220.2119.0001 - (OCA) Desenvolvimento e Manutenção de Cursos de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Brasília - Fepecs - Plano Piloto	3.000	3.000	0
	31.000	31.000	2.354
12.364.6220.2554.0001 - Desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação - Escola Superior de Ciências da Saúde - Fepecs - Plano Piloto	26.000	26.000	0
	3.000	3.000	0
	20.000	37.690	37.690
12.571.6220.9060.0001 - BOLSAS DE Iniciação Científica - Programa de Iniciação Científica - Fepecs - Plano Piloto	130.000	24.953	0
	91.200	160.740	132.850
12.573.6220.2230.0001 - Gestão da Informação em Saúde - Biblioteca Central - Fepecs - Plano Piloto	50.000	82.988	82.988
	150.000	159.454	29.626
12.364.6220.1196.2839 - (EP) Construção do Campus da UnB no Gama	500.000	0	0

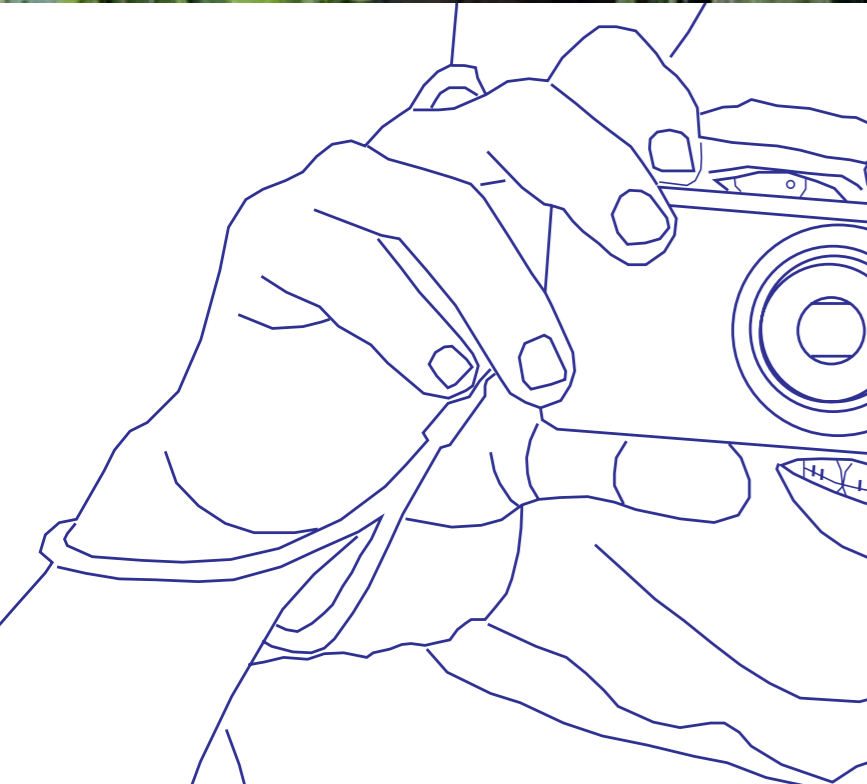
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)



[SEM PALAVRAS]







Síndrome de Down

preconceito e discriminação ainda são as maiores dificuldades

Gabriella Dias (20), Lago Oeste e Luana Barreto (22), Planaltina

Entrevistamos um pintor de mão cheia e uma menina cheia de energia, que dança e atua. Lúcio Piantino tem 18 anos e gosta de dançar, ouvir música e se divertir. Maria Clara Machado Israel tem 17 anos, é multitalentosa e já atuou em várias peças teatrais. Além do gosto pelas artes e do fato de que são amigos, outro ponto em comum é que eles têm síndrome de down, ou trissomia do cromossomo 21, uma alteração genética na divisão celular durante a divisão embrionária. Isso significa que, em vez de dois cromossomos no par 21, possuem três. Porém, não é isso o que os determina e tal condição não deveria ser algo para chamar a atenção. Todos nós temos limitações, sentimentos e a percepção crítica do mundo que está à nossa volta. O que torna Lúcio e Clarinha especiais é a leveza com a qual eles enxergam a vida, acima de tudo. Eles nos contagiaram com suas alegrias, e espero que vocês aproveitem cada momento, assim como nós, quase 20 adolescentes reunidos na sala do Inesc numa tarde de sábado, adoramos fazer esta entrevista.

Descolad@s: Contem um pouco sobre a vida de vocês.

Clarinha: É melhor começar você, Lúcio.

Lúcio: É assim: eu sou pintor porque a minha mãe era professora de artes também. Foi muito bom porque eu nasci a partir da minha mãe. E a minha mãe me deu papel, tinta e pincel. Eu comecei a pintar com 13 anos [ele rascunhou o primeiro quadro aos cinco anos. Aos 13, participou da primeira exposição].

Clarinha: Desde criança, eu sou pintora, igual ao Lúcio. Eu virei pintora por causa do meu pai. Porque o meu pai era pintor e o sonho dele era que eu virasse artista plástica. E eu também já faço teatro desde os quatro anos. Eu queria ser atriz. Prefiro ser atriz do que artista plástica.

Lúcio: Eu também sou ator. Sou antes do filme que o Rodrigo Paglieri fez [diretor do documentário sobre Lúcio: "De Artista a Artista", de 2012]. Eu até fiz duas peças de teatro. Uma peça que fiz foi o "Mágico de Oz", e eu era o espantalho. E a outra foi "Saltimbancos". Eu fiz o papel do cachorro.

Clarinha: E eu fiz três peças até agora. O Lúcio fez duas, eu fiz três. A primeira peça era "Os Fantasmas de Scoob". A segunda peça era "O Vale Encantado", quando eu fiz a Branca de Neve. E no outro papel que eu estou fazendo eu sou Priscila, a Fantástica.

Descolad@s: E como é a relação de vocês com os pais, tios e demais familiares?

Lúcio: Assim, eu tenho meu pai e minha mãe. Eles são separados de namoro já faz dois anos. Tenho três irmãos: eu, a Joana e o Pedro. Tenho meus tios, que são vários: o meu tio Paulo, tia Mônica... Tenho muitos primos e primas.

Clarinha: Meu pai é meu maior ídolo e minha mãe também. Tem algumas coisas que eu disse que eu não queria ser diferente. Eu falei: "Mãe!". Minha mãe disse: "Conta lá pro seu pai porque você está triste". Lá na escola aconteceu uma coisa que me deixou furiosa. Porque alguns colegas meus ficam falando: "Por que a Maria Clara tem que ir para a sala de recurso e a gente não?". Eu queria ser igual a elas, mas eu não consigo. Eu tenho que ir para uma sala adaptada. Todo mundo fica brigando comigo.

Eles não entendem por que preciso ir para a sala de recurso.

Lúcio: Eu tenho um amigo negro e agora ele já está estudando no Cean. Uma vez eu fiquei estudando lá na Asa Norte, mesmo, mas **tem uns amigos que enchem meu saco, que me xingam, dizem que sou igual a um elefante... Eles têm preconceito de mim.** Eu tinha uma professora que não gostava de mim. Eu pedia ajuda e ela se afastava. Falei com a diretora, pedi ajuda e conversei com meu irmão, minha irmã e minha mãe. Pedi para me tirem de lá. Aí, um dia, minha mãe me entregou tintas e comecei a pintar. Eu gosto de algumas coisas, como festas, a Festa de São João, festa junina. Vou me divertir, divertir todo mundo. Gosto das comidas, das músicas, das danças. Eu danço hip hop, funk, "arocha" e tudo. A primeira exposição que fiz foi no STJ [Superior Tribunal de Justiça], outra foi aqui no Teatro Nacional. A primeira foi: "Matando Aula". A segunda era "Matando Aula, o Retorno" [Lúcio concorreu com mais de 50 artistas da cidade e venceu todas as etapas do edital público do STJ]. E eu gosto de dançar, de cantar e estudar japonês. Meu cantor favorito é o Leo Santana, do Parangolé. Fui para o show dele e ganhei duas camisas, dois CDs e dois DVDs.

Descolad@s: Vocês estavam falando da escola. Vocês ainda estudam?

Lúcio: Eu saí! Eu saí neste ano.

Clarinha: Eu tô... Eu estudei a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona série, o primeiro ano e o segundo ano agora.

Descolad@s: Lúcio, quando você saiu da escola e fez a exposição "Matando Aula", você tinha treze anos. Em qual série estava?

Lúcio: Na quinta série. E aí, depois, eu voltei para a escola e foi uma coisa importante para mim. Eu pedia pro meu amigo me ajudar nas provas, nos exercícios de sala e de casa. Eu ia para a sala de recurso, tinha a ajuda da professora Fátima. E a Fátima faz Português, História, Inglês e Geografia. Eu fiz a sexta série, sétima série e oitava série, o nono ano. Eu terminei o ensino fundamental e fui para a escola Darcy Ribeiro, no Paranoá.

Clarinha: E eu estudo no Centro Educacional do Lago Norte.

Descolad@s: Do que vocês mais gostam na escola?

Clarinha: Eu gosto de várias coisas, várias matérias. Eu gosto de geografia, biologia... Menos de matemática. Gosto de história, espanhol, mesmo sendo ruim em espanhol. Lá na escola, uns meninos, todo mundo fala mal do meu ídolo, o Luan Santana. Como eu sofri muito por causa dele! Me falaram que eu não conhecia o Luan Santana, que eu não ia conhecer nunca. Sofri muito com isso! Me deu uma raiva tão grande que eu quase pedi para a minha mãe me tirar da escola!

Descolad@s: Clarinha, você tá apaixonada?

Clarinha: Eu tô!

Lúcio: Fala agora o nome dele.

Clarinha: Mas eu não posso falar!

Descolad@s: Você não precisa falar se não quiser...

Clarinha: Mas eu vou falar para não deixar o Lúcio constrangido. É o Ian. Ele também é especial.

Lúcio: Eu não sabia que você gostava dele.

Clarinha: Ele é muito fofo, quase me perdi em namoro na frente da minha mãe.

Descolad@s: E o que vocês gostam de fazer?

Clarinha: Na verdade, eu fico reclamando com minha mãe, porque eu não gosto de sair. Gosto de ficar em casa. Quero trabalhar em eventos. Eu quero ser recepcionista.

Lúcio: E eu já tenho minha roupa de palhaço. Eu ainda não trouxe [a fantasia] pra cá, pra fazer uma apresentação aqui, porque não deu. Eu preciso comprar as coisas pro teatro. O meu tio, irmão da minha mãe, é palhaço também. O nome dele é Xaxará.

Clarinha: Desde criança, eu participo de um grupo da Apabb, que é uma associação de pais e filhos especiais. Eles fazem alguns eventos lá no Sarah. Eu já fui recepcionista uma vez num evento. Então, eles fazem passeios ao zoológico, ao ar livre, aos parques, várias coisas.

Lúcio: Tem a piscina também.

Descolad@s: Falando em piscina, vocês gostam de esportes?

Lúcio: Eu gosto de jogar basquete, é bem radical.

Clarinha: Ó, eu gosto de futebol mesmo,

no campo, e gosto de tênis. No tênis, é a hora de trabalhar braços e pernas... E no futebol é correr, tem que correr, pega a bola igual uma comida, a bola é a comida, pega a bola, pega a comida e vai chutando até o gol.

Lúcio: Eu faço natação, cinco dias. Segunda, terça, quarta, quinta e sexta. E acabei de entrar no jiu-jitsu também. Agora estou estudando letras de música. Tô pegando letras dos cantores, também do Renato Russo, MBB...

Clarinha: MPB.

Lúcio: MBB.

Clarinha: M - P - B!

Lúcio: Isso, MBB.

Clarinha: MPB.

Lúcio: MPB.

Clarinha: Tá, agora tá falando certo [risos].

Descolad@s: E o que vocês não gostam de fazer?

Lúcio: Eu odeio fazer nada.

Clarinha: Eu não gosto de sair de casa.

Lúcio: Eu saio muito de casa e odeio fazer nada. Eu danço todo dia, segunda, terça, quarta, quinta, sexta. Eu faço natação e danço também hip-hop, forró...

Clarinha: Eu também sou dançarina, sabia, Lúcio? Eu sou dançarina de funk, sertanejo e forró também. Eu fazia dança na escolinha de esporte do GDF. E agora a professora saiu e a gente teve que parar.

Lúcio: Eu também estou fazendo basquete de rua, estou treinando todo dia.

Descolad@s: Voltando ao assunto da escola, o que foi mais difícil para vocês? Pensando desde quando vocês eram pequenos até hoje. O que vocês acharam de mais difícil na escola? A relação com os professores? Com os colegas? Com as matérias?

Clarinha: Desde criança, eu tenho dificuldade em matemática.

Lúcio: Para mim, o difícil é inglês. Inglês é difícil. Até espanhol, que eu também tenho [dificuldade]. Eu gosto de matemática, português, que eu preciso.

Descolad@s: Lúcio, você falou que, na escola, os meninos ficavam xingando você. Como você se sentia quando eles faziam isso?

Clarinha: Eu fico triste, chorando.

Lúcio: Eu fico muito chateado.

Descolad@s: O que vocês gostariam de falar para esses meninos que xingavam vocês?

Lúcio: Eu queria falar para eles terem mais respeito, carinho, as coisas que eles podem dar. Eles podem me dar um presente, por exemplo, um tênis, uma roupa do Michael Jordan [risos]. Eu tenho tudo do Michael Jordan, só falta a roupa [risos].

Clarinha: Eu queria que eles me aceitassem, me dessem carinho, colo, que eu mais preciso. Às vezes, eu pego o caderno emprestado, porque as aulas são curtas. Na aula, uma colega minha me chama de cachorra, de burra, de idiota, e eu não gosto.

Descolad@s: Você já falou isso para sua professora?

Clarinha: Não.

Descolad@s: Por que você não falou?

Clarinha: Porque eu não gosto. Eu fico triste.

Descolad@s: Clarinha, antes de começar a entrevista, você comentou sobre as coisas difíceis de ser diferente. Você quer falar um pouquinho sobre isso?

Clarinha: É difícil ser diferente. Algumas pessoas aceitam e outras não. Uns colegas meus não aceitam de eu fazer prova na sala de recurso. Duas colegas minhas perguntam: "Por que a Maria Clara pode fazer [prova] na sala de recurso e a gente não? A gente também é especial". Aí, eu não gosto.

Descolad@s: O que vocês acham que deveria ser feito para uma escola ser realmente para todo mundo? O que poderia ser melhor na escola?

Clarinha: Eu quero ter uma carteira confortável na escola, e o governo não faz nada.

Descolad@s: Clarinha, você se sente bem fazendo a prova na sala de recurso?

Clarinha: Eu me sinto bem lá.

Descolad@s: Você não tem vontade de fazer prova com seus amigos, não? Seus colegas...

Clarinha: Não, não consigo fazer com eles.

Lúcio: Queria que minha relação com meus amigos, com colegas também, fosse melhor: que me tratassem muito bem, dessem carinho, cumprimentassem com um abraço, um beijo, um beijo na bochecha, apertassem a mão... Meus amigos deviam ser anjinhos. E os professores, gosto deles, gosto mesmo. Eles me fazem muito bem, me ajudam nos estudos. Preciso estudar mais e, falando ainda do que eu gosto nos meus colegas também, que me ajudassem nas provas, no dever, ajudassem a fazer um portfólio do colégio inteiro, mapa pra eu fazer a prova... Eu já fui estudar num colégio lá no Paranoá e tem muita coisa importante que preciso. Por exemplo: usar um livro, usar caderno pra estudar as matérias, e eu estou evitando matemática. Eu tenho quatro livros, para quatro professores das matérias. Eu tenho um livro para artes, outro de história... Eu tenho um livro pra mim mesmo e de inglês e espanhol. Tenho muitas saudades, saudades dos amigos antigos, saudades das pessoas que me conhecem, até do meu amigo que está no Cean.

Clarinha: Ah, tá! Os professores são legais. Mas alguns não são legais, porque eles têm que adaptar as provas pra mim e, às vezes, eles não adaptam. Uma vez, eu estava fazendo a prova de história e outras provas. Eram três provas: história, química e sociologia. Aí, as professoras da sala de recurso faltaram. Eu tinha que fazer com elas e não com meus colegas, porque minha prova tem que ser adaptada e diferente da prova dos meus colegas, e eu chorei no meio da prova. Chorei, chorei, porque não era pra eu fazer com eles, era pra fazer na sala de recurso, e a

diretora falou assim, ó: "Não era preguiça, não?". E eu disse: "NÃO! Eu tenho que fazer na sala de recurso". E isso da diretora me deixou triste.

Descolad@s: E que recados vocês gostariam de passar para outros adolescentes com síndrome de down?

Lúcio: Queria falar pra o pessoal com síndrome de down ou cegos ou surdos, também, que podem fazer as aulas também com os professores, que podem incrementar com libras. E nós, que temos isso, precisamos trabalhar bastante, ganhar dinheiro, fazer nosso futuro e também porque eu gosto de ser um cara pra governar, para construir uma casa ou pintar a rua, a faixa de pedestres, porque aqui no Brasil não tem mais, está muito apagada. Precisam colocar as luzes e as placas, precisam arrumar a Asa Norte, precisam colocar antiderrapante nas ruas pra ajudar os surdos, os cegos, para todos poderem trabalhar, para ter aula de dança ou de carpinteiro.

Descolad@s: Então, a cidade para você deveria ser mais inclusiva para todo mundo participar dela, para todo mundo ter acesso?

Lúcio: Isso, certo.

Descolad@s: E você, Clarinha? O que diria para outras meninas e meninos especiais?

Clarinha: A mesma coisa que o Lúcio falou. Tem que arrumar a cidade, trocar luz, arrumar asfalto, identificar as placas. E tem uma coisinha que não falei, porque para essa parte dos jovens, tem que adaptar as provas pra eles também, pros surdos e pros cegos, porque o cego não vê, tem que fazer com braile. Tem um amigo meu na escola que é cego. Aí, a prova dele, às vezes, é em braile ou no computador, e alguns professores aceitam meu colega deficiente visual. Tem alguns que não aceitam.

Descolad@s: O que vocês desejam para o futuro?

Clarinha: Eu quero trabalhar como atriz e como modelo no Rio de Janeiro. Eu quero morar sozinha no Rio de Janeiro. Minha mãe nunca aceita de eu morar sozinha. Eu quero ter família, ter marido, ter filho, quero ter namorado.

Lúcio: Eu vou namorar com a Camila, vou ter três filhos no meu futuro. Quero ser um cantor de rap, pintor e dançarino



A educação inclusiva:



o que é ou o que deveria ser

também. Meu futuro é ser jogador de basquete da NBA, cantor de rap profissional. Quero ter gêmeos: dois meninos e duas meninas. Vou chamar o meu filho de Michael Jordan e também vou chamar o outro de MV Bill, e minhas filhas terão nomes de cantoras de funk: MC Anitta e a outra MC Pocahontas [risos].

Descolad@s: Vocês se sentem independentes? O Lúcio nós já sabemos que anda de ônibus sozinho...

Lúcio: Isso. Eu começo cantando, eu danço dentro do ônibus também...

Descolad@s: Você quer morar sozinho um dia?

Lúcio: Sim.

Descolad@s: O que vocês sabem fazer dentro de casa?

Clarinha: Arroz.

Lúcio: Lavar louça, lavar banheiro...

Clarinha: Arroz.

Lúcio: Fazer minha comida favorita: peixe assado.

Clarinha: Eu sei de tudo um pouco, menos cozinhar. Tô fazendo curso de culinária. Sei lavar louça, passar roupa... Tô aprendendo a queimar as roupas [risos]. Uma vez, eu queimei a saia da minha irmã, quando eu era pequena. Era uma saia jeans, com um babadinho vermelho, e quando fui passar no babado, o ferro grudou. Aí, minha irmã começou a brigar comigo [risos]. Eu sei de tudo um pouquinho: lavar banheiro, lavar louça, fazer comida eu não sei. Só sei fazer ovo e pipoca [risos].

Lúcio: Eu me viro, sacou?

Clarinha: Eu me viro também.

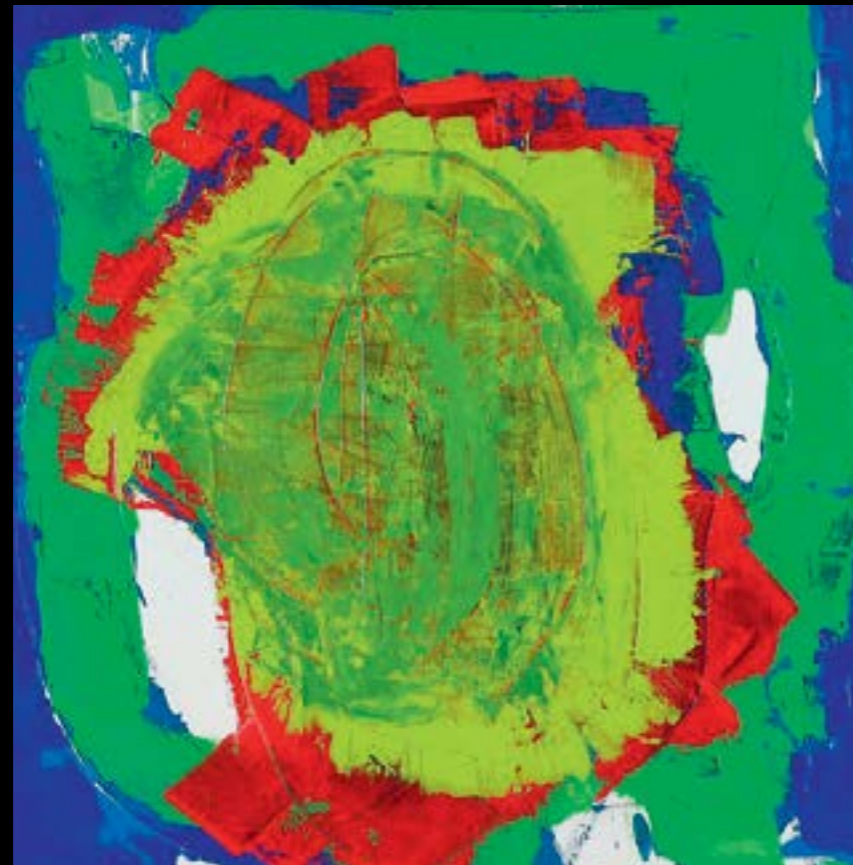
A educação inclusiva é um método com o qual se expande a participação de todos os estudantes em escolas de ensino regular. Atenta à diversidade essencial à sociedade humana, a educação inclusiva busca compreender e atender às necessidades educativas especiais de todos/as os/as alunos/as, de forma a gerar a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Luana Barreto (22), Planaltina

A educação inclusiva é uma forma de colocar crianças e adolescentes com necessidades especiais na escola regular desde cedo, interagindo com uma sociedade heterogênea, um direito de todos/as. Pois nenhuma sociedade é homogênea: nela, todos são diferentes, e colocar todos em contato com todos é muito importante para que um possa aceitar o outro. Assim, existe a possibilidade de uma busca de compreensão e de entendimento de um para com o outro. De acordo com Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, toda e qualquer educação, para ser educação, precisa ser inclusiva. "As pessoas com deficiência têm o direito de estudar em escolas como qualquer cidadão. E as pessoas sem deficiência têm o direito de aprender com as pessoas com deficiência. Fora da escola há serviços assistenciais importantes, mas a escola é um espaço único", afirmou. Lurdinha Danezy Piantino, mãe de Lúcio, nos conta que, quando seu filho começou a vida escolar, aos 18 meses, a sua decisão foi pela escola regular. "Eu era absolutamente a favor da inclusão de crianças com deficiência em escolas inclusivas. Hoje, depois de passar anos enfrentando o despreparo, o preconceito e a falta de compromisso de educadores e gestores, penso que, para que

possamos incluir alunos com deficiência na escola regular, precisamos urgentemente rever o nosso modelo de escola". Ainda assim, ela acredita que "manter crianças com diagnóstico de deficiência na escola regular é necessário para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva".

Maria de Fátima Machado Israel, mãe de Clarinha, considera que, apesar das falhas, atualmente, a escola inclusiva é o melhor modelo para garantir o acesso e a permanência das pessoas com necessidades especiais no ensino regular. "Isso lhes permite maior convívio com pessoas comuns, não familiares. Facilita-lhes a inclusão social e também expande os horizontes da sociedade circundante", salientou. Clarinha está no 2º ano do ensino médio e sempre frequentou a escola pública com modelo inclusivo. Fátima conta que "ela sempre se saiu bem dentro de seus respeitados limites". Mas também ocorreram problemas, principalmente com alguns professores despreparados. O saldo, porém, foi muito positivo, avalia Fátima. "Encontramos, durante toda a sua vida escolar, um grande número de profissionais empenhados em ensinar e a aprender com nossa filha. Pessoas que buscaram conduzi-la e integrá-la no convívio com o mundo ao redor. E ela sempre respondeu positivamente a esses estímulos, enfrentando preconceitos, ultrapassando dificuldades e conquistando inúmeras vitórias, assim como, de resto, acontece com todos nós, pessoas comuns", finalizou.



“Não é um cromossomo que o define”



Pintura de Maria Clara (Clarinha)

Barreiras ao ensino inclusivo:

- Atitudes negativas em relação à deficiência (bullying).
- Na comunidade, a invisibilidade das crianças com deficiência que não frequentam a escola.
- Falta de acesso físico a determinados locais (ausência de rampas e caminhos sem nenhuma facilitação para quem possui restrições de locomoção).
- Dimensão das turmas (pois turmas muito grandes não propiciam o atendimento adequado a todos e às pessoas com deficiência).
- Pobreza (as classes menos favorecidas têm dificuldades de receber atendimento e esclarecimento sobre seus direitos).
- Discriminação por gênero.
- Dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que cuidam delas).
- Falta de capacitação de professores e diretores.

“É muito difícil ser mãe adolescente, já que é um baque descobrir que está grávida com 15 anos. Quando Júnior nasceu, foi outro baque. Descobrir que meu filho não era como eu imaginava me bateu a sensação de que era culpa minha, que eu fiz algo de errado e estava sendo castigada por isso. Júnior nasceu com síndrome de down, uma anomalia cromossômica. Ocorreu comigo o que os psicólogos chamam de ‘luto do filho perfeito’. Eu não o aceitava, tinha dificuldade de amamentá-lo, de cuidar dele. Minha mãe me ajudou muito e comecei a aceitá-lo como um presente maravilhoso, que me fez crescer como mulher. Hoje não sou capaz de quantificar o amor que sinto por ele. Meu maior arrependimento, porém, foi a falta de estimulação precoce. Eu não tinha o conhecimento necessário para saber que isso era importante. Quando descobri, já era tarde. Júnior tem dificuldade na fala, mas não o impede que se comunique. Hoje, Júnior tem 20 anos. Ele adora dançar e cantar. Ele gosta de música sertaneja, em especial da dupla César Menotti e Fabiano. Onde ele chega, leva a alegria a todos. Júnior é uma pessoa normal como qualquer outra. E não é um cromossomo que o define”.

Maria de Lurdes Barreto, Planaltina

ENTREVISTA: NECESSIDADES ESPECIAIS

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
27.812.6206.4178.0001 - Apoio ao Esporte para Portadores de Necessidades Especiais - Distrito Federal	200.000	0	0
26.453.6222.4202.0005 - Concessão de Passe Livre - Portadores de Necessidades Especiais - Distrito Federal	25.000.000	61.520.884	61.234.785
	0	2.034.329	2.034.329

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEXO: CONTATOS, DESCOBERTAS, CUIDADOS, DELICADEZAS, CARÍCIAS E ESTÍMULOS

Lucas Miguel Salomão (18), Estrutural e Walisson Lopes (18), Estrutural

Ouvimos muito falar em “portadores de deficiências” e “portadores de necessidades especiais”. O que será que temos na cabeça para usar essas palavras quando queremos nos referir a um deficiente? Portador é aquele que porta algo. Pode-se portar uma bolsa, portar um vírus, portar até uma conduta; porém, ser deficiente está muito além de portar necessidades específicas: é uma questão de ser, uma questão de identidade. Também podemos questionar o que é ser “normal”. Afinal, somos diferentes uns dos outros em tanta coisa! A psicologia, por muito tempo, defendeu a existência de “idade mental”, que poderia ser medida pelo famoso Teste de Quociente de Inteligência ou, simplesmente, Teste de QI. Por intermédio desse teste, os pesquisadores pretendiam escalar a inteligência como se fosse uma coisa só. Será mesmo que a inteligência é uma coisa só? O que é inteligência? Será que a sexualidade, inerente a todas e quaisquer pessoas, acompanha o que equivocadamente se chama de idade mental? A psicóloga Júlia Chagas questiona: “Será que são mais inteligentes pessoas com um QI alto, que decifram códigos em questão de segundos, ou será que a inteligência é particular de cada ser? Enfim, é uma questão complexa, que precisa ser entendida como tal”, afirma.

Tabus

Sexo sempre foi um tabu para muitas pessoas, e a deficiência também. Sendo assim, a sociedade acaba por negligenciar as duas. Por exemplo: para a escola, o indivíduo em sala seria somente o intelecto, um ser sem emoções, sem sentimentos, que tem que ter sua sexualidade reprimida, e a pessoa com alguma deficiência é muitas vezes tratada como um transtorno, como alguém que exige um tratamento diferenciado, cuja equipe não tem condições de oferecer. A deficiência foi vista por muito tempo como um fator segregador dos indivíduos, sendo avaliada como algo ruim, algo “fora do normal”. Não podemos confundir as coisas e esquecer que os/as deficientes também sentem prazer, amam, namoram, casam, fazem sexo, têm filhos. Segundo Telva Lima, 43 anos, cadeirante, “minha adolescência foi complicada porque, na época, não se falava muito em pessoas com deficiências. Éramos vistos como ‘coitadinhos’ ou simplesmente vivíamos isolados em casa. Apesar disso, pude aproveitar um pouco minha adolescência, e a única coisa que me deixava triste é que nunca tive um namorado”, salientou. Quando pensamos em deficiência e em sexualidade é preciso que tenhamos cuidado e delicadeza e que

não procuremos caminhar de acordo com o senso comum, que descuida de ambos.

O exercício da sexualidade

Assim como questionamos o que é deficiência, podemos questionar o que é sexo. Será que para haver sexo é preciso haver penetração ou o sexo pode ser também um simples gesto de carinho ou carícias e estímulos, entre outras formas de indução sensorial, emocional e sentimental? O sexo vem junto com a atração, o desejo, o carinho e o prazer. O exercício da sexualidade, portanto, tem infinitas possibilidades, que dizem respeito às formas como cada pessoa lida com as sensações e suas possibilidades físicas e emocionais. A Declaração dos Direitos Sexuais (1999), apoiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), assegura que todas as pessoas têm “o direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual. Este direito envolve a habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e o prazer de nossos corpos, livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo”.

Segundo a psicóloga Júlia Chagas, pessoas com deficiência vivem sua sexualidade de maneiras diversas, o que demanda sensibilidade para percebê-las. Além disso, pesquisas apontam que elas são mais vulneráveis à violência sexual.

A cadeirante Telva Lima nos conta: “Minha mãe faleceu quando eu ainda era criança; então, não tive muita orientação. Sempre escutava falarem que ninguém me queria, que homem nenhum iria namorar uma ‘aleijada’. Aquilo me machucava! Foi aí que conheci um canalha que se aproveitou da minha inocência e tirou a minha virgindade. Achei horrível, porque não foi com carinho. Fiquei muito triste e deprimida”, afirmou. Mas a sua história não acaba por aí. Ela conta que, em 2001, conheceu um homem que a ajudou. “Ele foi o meu professor de sexualidade e foi com ele que eu soube o que era orgasmo. Hoje, sou casada com um homem maravilhoso, chamado Eduardo, e temos uma vida sexual muito ativa. Estamos sempre inovando”, garante.

Depoimento de Tomás Verdi Pereira, 22 anos:

Em primeiro lugar, o diferencial de um menino cego na hora da paquera é que fica difícil captar os olhares. A gente costuma inferir na fala, tal como o tom de voz e as palavras que a pessoa usa. Já aconteceu de eu levar um fora, pois interpretei errado.

Quanto ao que me atrai numa menina, não é bem aquela história de que o cego ‘só vê o interior’. Também tenho as minhas preferências físicas como qualquer outro ser humano! Gosto das mais ‘cheiinhas’, altas (mais de 1,65 m), com cabelos lisos pelo menos no ombro, voz sensual (não aquela vozinha de criança, mas também não muito grave). Posso saber se a menina é mais baixinha, alta, gorda ou magra pela guia... Isto é, quando você guia uma pessoa cega, você pega logo acima do cotovelo dela. Daí, obviamente, tenho um contato direto com a pele da pessoa. Além disso, o perfume que a pessoa usa tem uma importância especial na aproximação. Morei durante nove anos fora do Brasil: seis nos Estados Unidos e três na Nova Zelândia. Minha primeira paquera foi na sexta série, quando morava nos EUA. Fiquei muito tímido e, quando a menina percebeu, ficou com raiva. Daí, não deu certo. Com 15 anos, eu morava na Nova Zelândia e fazia parte de um grupo de jovens da Igreja Católica. Nesse grupo, conheci uma menina e comecei a me interessar por ela. Ela não era cega. Um dia, ela foi escolhida para me auxiliar no ensaio de uma apresentação teatral que nosso grupo montava para a missa. Daí foi que realmente comecei a me interessar por ela. A gente começou a se falar e, alguns dias depois, nós saímos juntos. Nas férias, logo depois disso, vim ao Brasil, onde comprei um presente para ela. Ao voltar à Nova Zelândia, começamos a namorar. Éramos muito tímidos, por isso demoramos três meses para se beijar – lembrando que lá não há essa cultura do ‘ficar’. Sexo, de jeito nenhum! Namoramos durante um ano e três meses. Depois desta, voltando ao Brasil, passei dois anos sem ficar com ninguém e, gradualmente, batia o desespero! Atribuo isso muito ao preconceito da sociedade com nós que temos deficiência. Até que fiquei com uma menina que também era cega total e, depois, começamos a namorar. Sinto que, devido à deficiência em comum, nós nos entendíamos muito e sempre tínhamos assunto. Porém, apesar de amá-la muito, não sentia tesão por ela. Daí, não conseguimos transar. Com a minha namorada atual, que não tem nenhuma deficiência, eu já transo. No sexo, a questão do toque é muito importante. Sinto que conheço os pontos no corpo dela que lhe dão prazer. Ela também sabe exatamente como me excitar. Com ela, é uma maravilha! E, mesmo não sendo cega, acho que ela me entende muito também e sempre me incentiva a ser o mais independente possível.



"Certo sobre você
Jamais viria a ser.
O medo estava, então,
Correto em me dizer
Que de ti devia fugir,
De ti devia correr
Para escapar, são
De todo o sofrer"

(Beatriz Nery, 15)

"Eu confesso:
Eu estou perdido
Nas páginas de um livro que eu
nunca li,
Perdido em palavras que eu
nunca vi.
Eu estou cansado e agora vou
dormir
E quando eu acordar
Eu me procuro nas páginas que
me perdi.
Caso contrário, finja que eu
ainda estou acordado
E me deixe aqui"

(Pedro Bastos, 17)

Manifesto

"Manifesto em nome do amor.
Manifesto: quero uma justiça de doutor.
Manifesto por comida de pecador.
Manifesto por amor,
Amor, que não necessita do adro.
Manifesto, pois quero o melhor.
Manifesto, pois meu corpo cansa
E cansa de sair odor
Febre pela saúde má,
Ignorado pela má educação,
Dilacerado pelo mau mandato.
Manifesto, pois estou inquieta.
Manifesto uma juventude que é o braço da
revolução.
Manifesto, pois a rua também é nossa.
Nossa de inquietação,
Nossa diante do caos.
Manifesto, pois ainda estamos revoltados.
Revolta de injustiças...
Manifesto e continuo a lutar.
Manifesto, certa de que não verei a revolução
acontecer,
Mas manifesto.
E manifesto convicta de que contribuo
Para o seu rumo"

(Paula Gabriela Castillo, 18)



Olhe aquele guri
Brincando com as conchas
Na beira do mar.

Menino Zumbi,
Que com essas conchas carrega
Sonhos, histórias e esperança,
O passado, presente e futuro
De um povo,
Uma raça,
Uma nação.

(Serena Rodrigues, 15)

"Dormia em meus braços e,
pela primeira vez, não era fruto
de devaneio à meia-noite sob
a luz da lua. O leve sussurrar
de sua respiração não mais
se tratava do som do vento
brincando com meu subconsciente.
Finalmente, o sonho não
era sonho. Era um desejo e se
realizou"

(Gabriela Gama, 14)

Quem faz a proteção do gueto?

Não existe liberdade sem vigilância:
Trazer o alvedrio para o branco
é trazer algema para o preto,
Garantir a paz para o rico,
É tirar o sono do pobre.
Psiuuu...
Silencie os subalternos!

Falo no ponto do jongo,
A língua embolada pro Engenho
Da palavra, que é como flecha certa
Pra "vosmicê" não me entender.

Aos que são da cor de café,
Por favor, não se aperreiem!
Quem vos fala sou eu mesmo,
proclamando um iê retumbante:
A proteção do gueto
Quem faz é Nzambi.

(Aline Maia Nascimento, 23)

Minha raridade

Sou simples e pequeno.
Mas simplesmente sou de grande
importância
nas astúcias da circunstância.
Sou a serenidade, vivo a minha
idade,
vivo minha felicidade.

Sou eu que escrevo, sou eu que
declaro!
Como eu sou raro, na raridade sou
único.
Sou humano,
vivo no cano,
sentindo falta de carinho
onde vivo sozinho.
Sou criança, quero a minha espe-
rança.
Vivo como adulto, não quero ser
matuto.
Vivo com o meu estatuto, mas não
sou caduco.

(Alex Mudesto, 19)



O governo oprime seu povo.
Ver violência não é algo novo:
são 500 anos de mentiras
sem romper com as amarras.

Liberdade nunca é presente.
Acorrentaram nosso corpo e mente.
Escondem as indagações.
Matam as revoluções.

Em mim, cresce a revolta.
Cansado do sufocamento
dos ignorados lamentos.
Tenho de arrombar a porta.

Fazer com que paredes caiam.
Vejo gente pronta pra mudar.
Preciso estar perto; unido,
é importante se juntar.

O grito precisa ser ouvido.
Acomodar-se pode ser suicídio.
Conservar o que existe
é puro egoísmo.

(Breno Lobo, 16)





Supernova Super Bacana

Walisson Lopes (17), Estrutural
Tatiana do Santos Penha (18), Estrutural

No ano de 2003, alguns artistas de São Sebastião, no Distrito Federal, faziam reuniões para debater a carência de espaços para eles mostrarem seus trabalhos na cidade. Suas áreas artísticas eram o teatro, a poesia, a música, a dança, as artes plásticas e a literatura, entre outras.

Da discussão resultou um movimento cultural com o qual se pensava um espaço onde os artistas locais poderiam se apresentar e divulgar sua arte. Muitos desses artistas já eram conhecidos nos bares e restaurantes da região. Assim, em março de 2003, aconteceu o primeiro sarau, que teve como inspiração o Sarau da Tribo das Artes, de Taguatinga.

O primeiro sarau aconteceu em uma pizzaria da cidade chamada Vanguarda Vitrine Hall. À primeira edição compareceram 7 pessoas; depois, 15 e as pessoas foram gostando da ideia, divulgando-a, deu público de 50 pessoas, até chegarem a 500 participantes numa única noite, fazendo com que a pizzaria não mais conseguisse atender a quantidade de pessoas. Por isso, o movimento trocou de lugar, o que não representou qualquer problema, porque

seus idealizadores viram que para tocar o projeto não precisavam de um lugar definido.

Desde o início, as apresentações artísticas sempre foram bem variadas, abordando diversos temas (desde uma virada feminista a um belo tributo a Renato Russo) e sempre dando prioridade às produções da comunidade, mas nunca fechando as portas para artistas de outras cidades.

Depois de tudo isso, nasceu o Movimento Supernova. De acordo com alguns integrantes, o Movimento Supernova é uma organização da sociedade civil, reconhecida no Distrito Federal, que desenvolve projetos de cultura, esporte e meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social. Com a realização de um sarau mensal, o movimento “espera contribuir para elevar a autoestima dos participantes, sejam artistas ou público, incentivando a sua participação nos variados segmentos da sociedade, influenciando-os em suas práticas políticas, sociais e artísticas, para que se articulem no estabelecimento de novas relações de poder nas sociedades em que vivem”.

Quando os artistas resolveram criar o movimento, muitos nomes foram pensados para o projeto, desde “Olaria Espiritual” a “Malta dos Soberanos de Marte”, entre outros. Mas nada foi decidido. Então, eles pesquisaram opções no dicionário e encontraram a palavra “supernova”, que – embora não tenha agradado a todos no começo – foi conquistando-os aos poucos. “Supernova” é o nome dado aos corpos celestes surgidos após as explosões de estrelas com mais de 10 massas solares, que produzem objetos extremamente brilhantes. Em apenas alguns dias, o seu brilho pode intensificar-se em um bilhão de vezes a partir de seu estado original, tornando a estrela tão brilhante quanto uma galáxia.

A organização do sarau é composta, em sua maioria, por jovens moradores de São Sebastião. O Movimento Supernova é bem extenso, tendo como projetos o sarau, também conhecido como “Noite Supernova”, o “Superrrock”, o “Domingo no Parque” e o “Projeto de Vôlei da Família Supernova”. O movimento também desenvolve trabalhos



de vídeo, produzindo pequenos curtas-metragens sobre diversos assuntos, já tendo recebido alguns prêmios.

Com o movimento, São Sebastião conseguiu se tornar uma referência cultural no Distrito Federal, dando incentivo e servindo de exemplo para outras cidades. Ao longo de todos estes anos, passaram pelo sarau artistas como os poetas Nicolas Behr, Luis Turiba, Carlos Augusto (Cacá), Banda Trampa e a diva brasileira Ellen Oléria.

O que pensam os frequentadores do Supernova?

“Acho o movimento muito legal, porque aproxima muita gente e todos aqui estão querendo a mesma coisa: cultura”, afirmou Matheus da Costa, 20 anos, estudante de Física da UnB, participante do movimento há um ano.

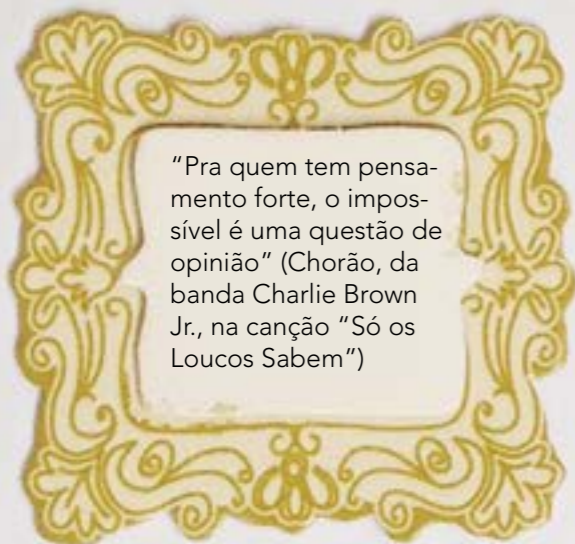
“Ele tem uma função importante, porque são pessoas que querem fazer alguma coisa pela cidade”, salientou João Henrique, 20 anos, que também participa do projeto há um ano.

“Eu acho o sarau muito agradável. Tira um pouco a gente da monotonia do dia a dia”, declarou Joelma Ferreira, 39 anos, vendedora autônoma e frequentadora dos eventos promovidos pelo movimento.

“Eu acho que o movimento é uma coisa muito importante, já que a cidade tem muitos artistas e eles não têm condições de mostrar o seu trabalho como merecem”, justificou Wanderson Rodrigues, 20 anos.

“O movimento é muito legal, porque muda a imagem de São Sebastião. As pessoas conseguem ver que a cidade não é só drogas e violência”, argumentou Adriana Pereira, 13 anos, estudante e frequentadora dos eventos promovidos pelo movimento há um ano.

"Socorro, alguma alma, mesmo que penada, me empreste suas penas. Já não sinto amor nem dor, já não sinto nada" (Alice Ruiz na canção "Socorro")



"Pra quem tem pensamento forte, o impossível é uma questão de opinião" (Chorão, da banda Charlie Brown Jr., na canção "Só os Loucos Sabem")

"Pra pedir silêncio, eu berro; pra fazer barulho, eu mesma faço" (Rita Lee na canção "Jardins da Babilônia")

"E não adianta nem me procurar em outros timbres, outros risos. Eu estava aqui o tempo todo, só você não viu" (Pitty na canção "Na Sua Estante")

"Prefiro ser um louco em um mundo onde os normais constroem bombas" (Raul Seixas)

"Pedia a cada estrela fria Um brilho de aluguel ("Aldir Blanc", "Bêbado e o equilibrista")



Amanda dos Santos (20), Vale do Amanhecer, Alex Mudesto (19), Valparaízo, Beatriz Nery (15), Paranoá, Fábio Silva (18), Estrutural e Daiane Vieira (18), Vale do Amanhecer

Dicas Culturais

filme



ELENA (2012)

"Elena" é um documentário brasileiro de 2012 dirigido por Petra Costa, baseado na história da sua família. O enredo dialoga num contexto de três mulheres vinculado a temas como família, sonhos, medo, futuro, dor, suicídio e arte. Elena tinha um sonho de ser atriz de cinema e vai para Nova York em busca daquilo que a deixa realizada. Ao longo de um percurso temporal, Petra segue o mesmo caminho da irmã. Torna-se atriz e parte para Nova York em busca de respostas sobre a vida. Assistir "Elena" não é apenas aproveitar uma obra cinematográfica magnífica e bela, mas também refletir sobre a existência da vida.

Dica de Vinícius Moreira (18)



BANDA "SELVAGENS À PROCURA DA LEI"

Esta banda pós-punk de Fortaleza (CE) foi formada em 2009 e conta com influências de The Beatles e Renato Russo, trazendo um estilo musical interessante e diferente, muito comparado ao da banda Arctic Monkeys. Suas músicas fazem muito sucesso por conta do toque suave e das letras belas.

Dica de Pedro Bastos (17)

música

HQ



ARMANDINHO Autor: Alexandre Beck

Mafalda na Argentina, Calvin nos Estados Unidos e Armandinho no Brasil. Um garotinho que questiona tudo à sua volta e, apesar do tamanho, tem uma visão ampla e crítica do mundo. Esses quadrinhos foram criados pelo brasileiro Alexandre Beck, pai de um adolescente de 17 anos e de uma menina de 10, que inspiraram o personagem, que vem conquistando seu espaço nas redes sociais. Armandinho fala de assuntos muito importantes, como preservação da natureza, preconceitos e inclusive política, de uma forma bem humorada e sempre com aquela inocência de criança. Humor inteligente para todas as idades.

Dica de Lucas Daniel (18)



MARINA Autor: Carlos Ruiz Zafón

O incrível escritor espanhol nos leva para uma viagem à antiga Barcelona, por meio do suspense e do mistério que Óscar e a enigmática Marina enfrentam juntos, lidando, ainda, com uma amizade complicada e frágil. Surpreendente, "Marina" é um livro para se deliciar nos jogos de palavras de Carlos Ruiz Zafón e se encantar mais a cada página.

Dica de Beatriz Nery (15)

livro

Saneamento básico um dever do Estado, um direito de tod@s



Thallita de Oliveira (20), Santa Maria

O saneamento básico é definido pela Lei nº 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana. “Tá, mas por que discutir isso?”, pode-se questionar. A questão fundamental do saneamento é que, embora ele seja básico, nem todos o têm. Aqui no Distrito Federal, temos alguns exemplos de comunidades que não usufruem do direito ao tratamento de esgoto e ao asfaltamento, como os condomínios Sol Nascente, na Ceilândia, e Porto Rico, em Santa Maria. A situação de não dispor do conjunto completo de serviços de saneamento básico deixa a população sujeita a diversos males, como doença de Chagas, leishmaniose, malária, esquistossomose, hanseníase e tuberculose, além de uma elevada ocorrência de diarreias e infecções intestinais causadas por parasitas. E é claro que a falta de saneamento básico afeta muito mais a população pobre,

sendo o impacto ainda maior na saúde e na qualidade de vida das crianças, já que essa carência também é uma das responsáveis pelos índices de mortalidade infantil. O saneamento básico também é essencial para que tenhamos um meio ambiente saudável e sem poluição, pois quando não há tratamento de esgotos e coleta de lixo, por exemplo, pode-se contaminar rios, lagos, riachos e as áreas de mananciais, o que pode favorecer a ocorrência de enchentes, por obstrução das redes de drenagem, entre outras situações.

O descaso com o Condomínio Porto Rico

Vejamos o caso do Condomínio Porto Rico, localizado na cidade de Santa Maria (DF), com mais de 15 mil habitantes. A esta comunidade já foram prometidos o tratamento de esgoto e o asfaltamento, que há anos a população cobra do governo. Em 2012, começou o processo de construção dos esgotos; no entanto, eles estão inutilizáveis, pela falta da elevatória necessária ao escoamento quando este não é possível pela ação da gravidade. Os moradores começaram a jogar lixo nos esgotos, dificultando ainda mais o início do processo. Mas o maior problema é a água suja, que deveria escoar para os esgotos, mas vai para a própria rua, misturando-se ao lixo, proliferando doenças e mal-estar. Entrevistamos uma moradora do Porto Rico, Terezinha da Silva Rocha, 49 anos, líder comunitária, que diz: “A questão do saneamento básico, além de prejudicar a saúde da população, gera intrigas entre os moradores, pelo fato de alguns jogarem a água suja ou o lixo nas ruas, sujando a frente da casa do vizinho”. E continua: “Foi liberado dinheiro do PAC para o asfalto, e o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputa-

dos foi aprovado, mas não sabemos o que foi feito com a verba”. Quando chove, o Condomínio Porto Rico fica intransitável: a água, misturada ao esgoto e ao lixo, chega a 30cm acima dos pés. Então, como deslocar-se? Segundo o morador Herdy de Souza Cruz, 15 anos, que cursa o 8º ano, “o lugar é ruim, porque pode causar muita doença, tem muita poeira e dificulta a ida para a escola, porque suja bastante. Não costumo brincar na rua”, afirmou. Já para Wayne Manoel Marques, 7 anos, cursando a 1ª série, “é ruim, porque tem um monte de buraco. Brinco em outra rua, não na minha”, lamentou. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança e adolescente tem direito à saúde e ao lazer, sendo de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir esses direitos. Entramos em contato com a Administração Regional de Santa Maria para saber como e quando esse grave problema será resolvido, mas não tivemos resposta.

A responsabilidade é de todos

A situação no Condomínio Porto Rico é realmente lastimável, e não podemos deixar que este descaso com a população continue, porque ele – além dos problemas com a saúde, que a falta do saneamento causa – traz consigo também a exclusão social, ou seja, exclusão das classes populares em termos de acesso aos serviços urbanos, assim como transporte público, segurança, cultura, lazer, escola e saúde com qualidade. A questão da falta de saneamento básico no Condomínio Porto Rico é só mais uma forma de exclusão entre tantas outras, assim como a que existe em termos da imagem que se faz daquela comunidade como um lugar “perigoso”, de muita violência. A responsabilidade para garantir o saneamento básico é tanto do governo quanto da população. A comunidade precisa cobrar e controlar o processo de implantação do saneamento, além de cuidar

do meio ambiente, e o governo precisa cumprir o seu dever de garantir o direito à saúde e ao meio ambiente saudável. É importante que tenhamos plena consciência de que o saneamento básico é um direito essencial à vida, à moradia digna, à saúde, à cidade e ao meio ambiente equilibrado, direito que deve ser exercido com transparência e controle social. As crianças e os adolescentes têm o direito de ter uma rua digna, para que possam brincar, ir à escola e se divertir sem que corram o risco de ficar doentes ou cair num buraco.

MEIO AMBIENTE: SANEAMENTO BÁSICO			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
17.512.6213.7040.3659 - (Odm) Programa de Saneamento Básico - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Samambaia	146.135	146.135	0
04.451.0150.1247.6097 - (ODM) Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	60.000	0	0
20.606.6201.4116.0002 - Desenvolvimento da Gestão Ambiental - Saneamento Ambiental - Distrito Federal	13.000	0	0
	5.000	0	0

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Regionalizada Acumulada até dezembro de 2012. Valores mensurados em reais (R\$). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) (www.seplan.df.gov.br)

Obs.: na pesquisa orçamentária, nada foi encontrado referente ao saneamento básico em Santa Maria.

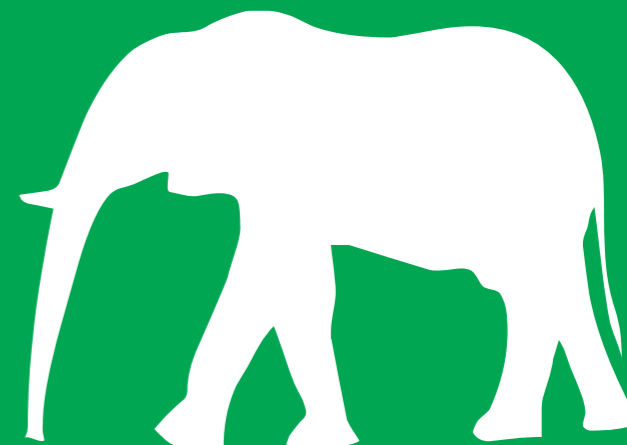
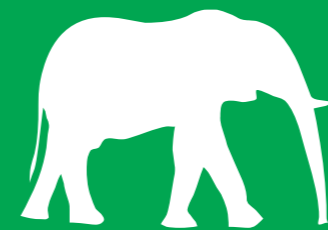
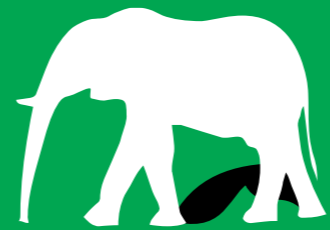
É O BICHO

RESPEITÁVEL PÚBLICO,

RESPEITE OS ANIMAIS!

Hoje, quando pensamos em circo, logo nos vem à cabeça: diversão, palhaços, acrobatas, mágicos, bailarinas, truques com animais, contorcionistas. O modelo de espetáculo circense atual teve origem em 1770, quando Philip Astley implementou, em suas apresentações, números com palhaços, saltimbancos e cavalos. Tudo nos parece muito bonito, colorido, feliz e perfeito. Mas como será que tudo é produzido? Todos os artistas que participam do espetáculo treinam bastante, vários dias por semana, e viajam de uma ponta à outra do país para fazer as apresentações.

Cristiany Lima (18), Paranoá
Serena Rodrigues (15), Guará



E quando o circo usa animais nos seus shows? Como será o treinamento deles?

Em geral, o circo não tem condições de garantir o bem-estar dos animais que convivem com a companhia. De acordo com a Associação Protetora dos Animais do Distrito Federal (ProAnima), a infraestrutura do circo costuma ser ruim: a alimentação dos animais, na maioria das vezes, não corresponde aos seus hábitos e às suas necessidades. O atendimento veterinário é muito precário ou mesmo ausente. As criaturas têm presas e garras arrancadas a frio e são frequentemente maltratadas e acondicionadas em lugares minúsculos.

Muitos dos animais de circo são espécies exóticas (animais que não fazem parte da fauna local) retiradas ilegalmente de seu habitat natural e transportadas inadequadamente, o que fortalece o tráfico de animais silvestres em todo o mundo.

O treinamento desses animais é extremamente cruel. Bastões pontiagudos, fogo, choques, chicotes, chapas quentes: tudo isso é utilizado para treinar leões, ursos, macacos, cavalos, cachorros, elefantes, camelos e muitos outros bichos.

Mesmo sabendo de toda essa crueldade que ocorre com os animais, algumas pessoas ainda defendem a utilização deles nos shows, alegando que isso faz parte da tradição cultural do circo.

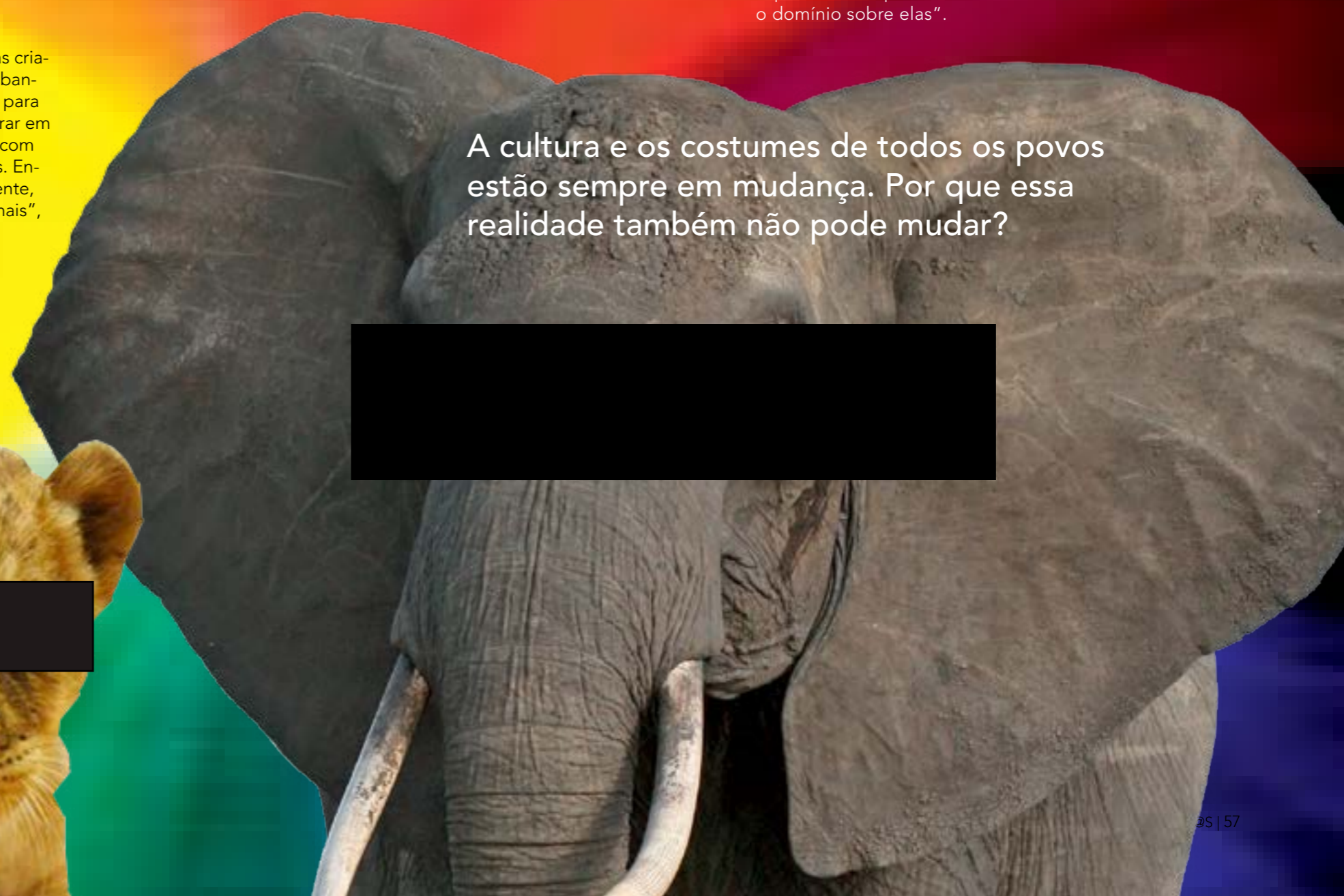
Esses animais, além de adquirirem muitos problemas físicos e emocionais, também representam riscos para os lugares aos quais eles são levados. Muitos portam doenças das regiões onde eles viviam originalmente e outras enfermidades podem ser transmitidas aos seres humanos.

E quando acaba a vida circense para essas criaturas, o que acontece? "Os animais são abandonados, quando não mortos, e não têm para onde ir. Existe a possibilidade de irem parar em zoológicos, mas o Estado não quer arcar com a responsabilidade financeira dos animais. Entidades de proteção animal, voluntariamente, constroem abrigos e resgatam esses animais", conta Antoniana Ottoni, da ProAnima.

Felizmente, existem pouquíssimos circos que ainda usam animais no Brasil, por causa da má repercussão que tal prática passou a provocar em uma população cada vez mais sensibilizada para com os abusos contra os animais, consciente dos direitos que os assistem. Afora isso, o uso dos animais em espetáculos já é proibido em nove estados brasileiros. A fiscalização que acontece nos circos não é a principal causa do sucesso do cumprimento da lei, mas sim a mobilização popular.

Atualmente, tramita um projeto de lei no Congresso Nacional (PL nº 7.291/06) que poderá proibir nacionalmente o uso de animais da fauna silvestre brasileira e também de espécies exóticas na atividade circense. No site da ProAnima existe um abaixo-assinado pela aprovação do projeto, que começa com uma citação do zoólogo Desmond Morris: "A ideia de que é engraçado ver animais silvestres coagidos a agir como pessoas atrapalhadas ou de que é emocionante ver feras poderosas reduzidas a criaturas covardes apavoradas por um treinador que estala seu chicote é primitiva e medieval. Vem da equivocada crença de que somos superiores a outras espécies e de que temos o direito de ter o domínio sobre elas".

A cultura e os costumes de todos os povos estão sempre em mudança. Por que essa realidade também não pode mudar?



COTAS NAS UNIVERSIDADES: IGUALDADE NA DIFERENÇA

Serena Rodrigues (15), Guará

COTAS SOCIAIS (LEI Nº 12.711/2012):



Fonte: MEC

Quando se fala em cotas nas universidades públicas, muita gente não tem uma posição sobre o tema, por não saber do que se trata.

Em 29 de agosto de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.711, que garante reserva de 50% das vagas nas universidades públicas (por curso), assim subdivididas: (1) 25% para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; e (2) 25% para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo. Para isso, leva-se em conta, ainda, um percentual mínimo correspondente à soma de estudantes pretos e indígenas no estado, conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O acesso à universidade pela parcela da população contemplada pelas cotas – pobres, negros e indígenas – sempre foi restrito. Então, atendendo às demandas propostas pelos movimentos sociais e pelo meio acadêmico, o governo criou essa política de ação afirmativa para corrigir a ausência desses alunos nos bancos universitários, pois era evidente que, nas universidades, a maioria esmagadora dos estudantes era composta por brancos oriundos de classes sociais privilegiadas e, portanto, formados em escolas particulares.

Quanto à questão racial, então, o desequilíbrio revelava-se ainda maior, pois, antes da implantação das cotas, o percentual de negros e indígenas entre os universitários era de 3%, resultado lamentável para com a realidade brasileira, na qual, conforme levantamento do censo de 2010, os negros, por exemplo, compõem a maioria da população.

O sistema de cotas sociais implantado pelo governo é, portanto, uma medida criada para assegurar o ingresso dessa já citada camada da população no ensino superior, do qual, até então, fora injusta e historicamente excluída.

Algumas universidades já tinham um sistema próprio de cotas raciais, como a Universidade de Brasília (UnB), que foi pioneira, em 2003, levando outras universidades a fazer o mesmo.

Com a reserva de vagas, muitos jovens são estimulados a continuar seus estudos e tentar uma vaga no ensino superior. Assim, os alunos das escolas públicas passam a estabelecer metas mais amplas para a sua formação e não somente a conclusão do ensino médio.

“O ganho, a partir das cotas, não beneficia apenas quem ingressou por meio delas na universidade. Elas representam uma eficiente ferramenta, que garante a convivência entre os diversos segmentos sociais e possibilita o crescimento social com vistas à real democracia”, disse Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Para a presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, Zélia Amador, “as cotas foram o ‘remédio’ criado pelo governo para curar a doença que é a ausência de populações historicamente excluídas dos bancos universitários”.

Já a estudante paulista Handiara de Lara, 21 anos, é contra o sistema de cotas. “Acho que todos somos iguais, independentemente da raça. É hipocrisia um afrodescendente dizer que todos são iguais e se beneficiar do sistema de cotas. Ele se autodiferencia, não se torna ‘igual’”, afirma.

Outra crítica de quem é contra o sistema de cotas é que a medida irá fazer o nível acadêmico do ensino superior público entrar em decadência. Em 2010, estudos realizados por universitários da UnB mostraram que o desempenho dos cotistas é igual ao dos estudantes do sistema universal, com diferença de apenas 0,25%.

O próximo passo é diminuir a evasão desses novos alunos. Muitos estudantes cotistas, vítimas de variadas formas de preconceito, desistem do curso com uma pergunta na cabeça: “Aqui é mesmo o meu lugar?”.

Contra o preconceito racial, por exemplo, temos a Lei nº 7.716/1989, que torna crime a prática de racismo, mas ainda existe discriminação contra os afrodescendentes e indígenas, e quem se mobiliza para acabar com esse preconceito é minoria. A única forma de acabar com esse problema no País é conscientizando a população, de forma que tod@s possam exercer seu direito à educação de fato.

Para Fábio Coutinho, professor de História e graduando pela UnB, as cotas são insuficientes, mas necessárias. “Defender as cotas não significa afirmá-la como solução dos graves problemas sociais e étnico-raciais existentes. Porém, embora as cotas ainda sejam insuficientes, é bom saber que essa ação afirmativa vem gerando um processo de inclusão em universidades caracteristicamente brancas e elitizadas. Tratar os desiguais de forma igual seria invisibilizar uma catástrofe histórica, cujos resquícios do passado, em muitos sentidos, permanecem intocáveis”, defende Coutinho.

O povo brasileiro tem uma dívida secular com povos e classes sociais que aqui foram explorados. Além do fato de que as cotas são fundamentais para as universidades, elas representam uma política de enfrentamento ao racismo que pode mudar a sociedade brasileira, sempre tão desigual.

Lucas Miguel Salomão (18), Estrutural
Jéssica Pereira (18), Estrutural

MODA SUSTENTÁVEL TÁ NA MODA



O que é moda? Muitas vezes, a moda é definida como uma cultura ligada ao vestuário, mas suas definições e aplicações vão para bem além de roupas e sapatos.

Moda compreende tudo o que nos rodeia: carros, móveis e até mesmo casas. Com um longo processo de evolução cultural, o crescimento da moda também trouxe a preocupação com o meio ambiente. Daí surge o que chamamos de “moda sustentável”.

O conceito de moda sustentável começa na produção da matéria-prima, passa pelo processo da fabricação do tecido e chega ao descarte das peças sem que haja muito impacto negativo no ecossistema.

Quando se fala em sustentabilidade, logo nos vem à cabeça o esquema dos três “R”, que são REDUZIR, REUTILIZAR e RECICLAR. E, falando de moda, isso não poderia ser diferente. Esta matéria irá mostrar como esses conceitos são aplicados à moda.

Reduzir

Diminuir o consumo é um ponto essencial ao se pensar em moda sustentável, pelo simples fato de que o hábito de consumir está diretamente relacionado ao ato de produzir, que, por sua vez, está diretamente ligado ao risco de poluir.

Quando se fala em redução, é importante considerar que a necessidade de reduzir o consumo de roupas deve acompanhar uma mudança de atitude, que é a de se ter a consciência da diminuição do consumo em geral. Ou seja: além da importância de uma pessoa comprar somente o que lhe é necessário, ela também deve se preocupar com a produção e com o destino dos materiais comprados.

Na era das lojas que funcionam no modelo *fastfashion* (pontos de produção de moda em larga escala), sabemos que há empresas que não se preocupam com a origem de sua matéria-prima e com o destino de seus resíduos, muito menos com as pessoas que fabricam as peças em jornadas desumanas. Então, temos que ter conhecimento sobre a origem do que compramos.

Reutilizar

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, disse o cientista francês Antoine Lavoisier. Esse seu pensamento pode ser adaptado ao conceito de moda sustentável, ou seja: “em moda, sempre se cria, nada se perde, e, com certeza, tudo se transforma”. Uma peça considerada feia pode ser reinventada e transformada em algo lindo e até revolucionário, e o que era velho pode se transformar em algo totalmente novo. Assim se dá a reutilização da moda, conhecida como customização, que pode ser feita por

qualquer pessoa, bastando apenas os materiais certos e uma boa dose de criatividade.

Reutilizar moda nada mais é do que transformar um jeans velho num lindo short, além de torná-lo uma peça exclusiva, fora a diversão que é customizar. Outra maneira interessante de reutilizar roupas é comprá-las nos brechós, onde são vendidas por preços abaixo do mercado e com redução de danos ao meio ambiente, pois não foram produzidas peças novas, apenas reutilizaram-se peças já existentes.

Reciclar

O conceito de reciclar está ligado à transformação de materiais usados em novos produtos. Alguns tipos de materiais recicláveis são garrafas pet, latas de alumínio, entre outros.

A garrafa pet, por exemplo, é uma ótima opção de reciclagem. Ao se aproveitar suas fibras para o processo de produção de novas roupas, juntamente com a utilização do algodão, pode-se criar assim um tecido forte e macio. Exemplos de roupas feitas por esse método são as camisetas da seleção brasileira de futebol. Diversos materiais podem ser utilizados para a reciclagem. Existem sapatos feitos de pneu, acessórios de metal e vidro reciclado, entre outras peças. E também dá pra fazer isso em casa, dando nova cara e utilidade a embalagens vazias, por exemplo. O que iria pro lixo vira brincadeira de arte.

Até que o casamento (ou a morte)



A infância acabou. Os sonhos foram destruídos. Todos os direitos foram violados, inclusive o de brincar. Os medos, os anseios, as dores e as responsabilidades fazem parte do cotidiano de muitas meninas. Tudo isso representa consequências do casamento infantil, costume existente em diversas partes do mundo, especialmente em países da Ásia, da África, da Oceania e da América Central (veja a tabela).

os separe

Vinícius Silva Moreira, 18 anos, Estrutural

Muitas meninas são forçadas ao matrimônio como forma de permuta, na maioria das vezes feita pelos próprios familiares, em troca de benefícios econômicos. As crianças e as adolescentes são obrigadas a vivenciar realidades servis, seja nos afazeres domésticos ou, ainda pior, como vítimas de violência sexual. Sofrem violações em seus direitos à saúde, à educação, à liberdade e também no principal: o direito de ser criança e adolescente. O casamento infantil, infelizmente, é comum em muitos países, culturas, religiões e etnias. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), as estatísticas sobre o casamento infantil (matrimônios que envolvem meninas menores de 18 anos) são alarmantes: no Sul da Ásia, 46% das meninas são casadas; na África Subsaariana, 38%; na América Latina e no Caribe, 29%; no Oriente Médio e no Norte da África, 18%. Ainda que em menor proporção, em algumas comunidades da Europa e da América do Norte também é comum o casamento infantil. A continuidade do casamento infantil nos dias atuais apenas enfatiza os efeitos da pobreza, do analfabetismo e dos problemas de saúde pública.

É um momento crítico na vida de muitas meninas, decorrente, na maioria das vezes, do fato de representar uma redução de problemas financeiros, quer para os familiares das meninas, quer para o Estado, devido à incapacidade deste de lidar com as explosões populacionais comuns a muitos dos países em que o casamento infantil ocorre em grandes proporções. E o problema populacional só faz aumentarem as estatísticas do casamento infantil, porque a maioria das meninas casadas dá à luz precocemente, gerando um número exacerbado de filhos. Outra realidade trágica, desencadeada diretamente pelo casamento infantil, é a ocorrência de mortes de muitas meninas. Recentemente, uma criança do Iêmen, de apenas 8 anos, morreu após a noite de núpcias com o marido, de 40 anos, devido aos ferimentos internos provocados aos órgãos genitais da menina.

Posição	País	Percentual de meninas casadas antes dos 18 anos
1	Níger	75
2	Chade	68
3	República Centro-Africana	68
4	Bangladesh	66
5	Guiné-Bissau	63
6	Moçambique	56
7	Máli	55
8	Burkina Faso	52
9	Sudão do Sul	52
10	Maláui	50
11	Madagascar	48
12	Eritreia	47
13	Índia	47
14	Somália	45
15	Serra Leoa	44
16	Zâmbia	42
17	República Dominicana	41
18	Etiópia	41
19	Nepal	41
20	Nicarágua	41

Fonte: Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres (ICRW). Site: <<http://www.icrw.org/child-marriage-facts-and-figures>>.

Outra iemenita – esta, de 11 anos – fugiu para evitar o casamento forçado pelos pais em troca de dinheiro. Fugiu não apenas do casamento, mas da vida sem educação, da violência sexual e, talvez, da possível morte precoce. No Iêmen, a idade legal para o casamento é a partir dos 18 anos. Porém, 50% das jovens casam-se antes dessa idade, sendo que 15% das meninas se casam ainda antes dos 15 anos, segundo a Organização dos Direitos Humanos do Iêmen. Infelizmente, o casamento infantil é um fato ainda longe de ser extinto. Para que seu fim ocorra, é necessário que o mundo reconheça os direitos de todas as meninas, assegurando-lhes a autonomia de escolha e do exercício da sexualidade e do afeto como um direito. É importante ressaltar que o casamento infantil envolve, além da privação dos direitos da infância, também os de gênero, de maneira que é necessário, urgentemente, que se elimine qualquer forma de opressão contra as mulheres, que, por vezes, já são subjugadas e inferiorizadas desde muito cedo.

*Internos do antigo Caje
apresentam resultado
das oficinas de violino,
ministradas por voluntário*

A educação e o sonho: uma experiência socioeducativa de transformação

João Nogueira (25), Planaltina

Desde pequeno, sempre ouvi do meu pai e da minha mãe que sem educação eu não seria alguém de respeito e a sociedade não me reconheceria, pois na educação estaria um futuro diferente do nosso presente. Meus pais, semianalfabetos e lutadores incansáveis para garantir o pão de cada dia, eram as minhas maiores e primeiras referências de sucesso e respeito. Na escola, lembro-me de ouvir dos meus colegas conversas sobre o que eles gostariam de ser quando crescessem: advogados, psicólogos, talvez médicos... Em geral, profissões semelhantes às dos pais deles. Naqueles momentos, eu era encorajado a me distanciar o máximo possível da profissão do meu pai, que era zelador de um bloco na Asa Norte, em Brasília. Ou seja, eu me projetar profissionalmente no meu exemplo mais próximo não era a melhor opção. A educação sempre foi a ferramenta de ascensão social mais concreta para a minha família. Na escola, os referenciais de sucesso eram pessoas que não se pareciam comigo nem física nem socialmente. Mas também havia os colegas que viviam a mesma realidade que eu presenciava e sentia. Assim, eu podia compartilhar com eles os meus medos e sonhos, o sonho de ser alguém, de ser respeitado, de não ser discriminado pela minha condição social ou pela cor da minha pele ou pelo tamanho do meu cabelo. Naquele momento, eu acreditava que, tendo dinheiro e bens materiais, eu seria "alguém". Alcançar este objetivo por meio da escola parecia algo distante e muito trabalhoso, porque eu não via um exemplo próximo de sucesso no qual pudéssemos nos projetar. A nossa presença era praticamente invisível para a escola, nossas dificuldades eram consideradas de importância menor diante da transmissão do conteúdo e das avaliações formais. Éramos taxados de desinteressados, bagunceiros, indesejados, os piores alunos. Éramos um problema na ordem "natural" da organização escolar, que seleciona os alunos ideais e os

coloca como modelo a ser seguido. Aqueles que se distanciam dessa padronização são considerados indesejados.

Muitos dos modelos de "sucesso" e respeito longe da escola para os jovens pobres da periferia são aqueles que se parecem física e socialmente conosco, jovens que já perderam a esperança na educação e cuja presença passou a ser indesejada na escola. No crime, encontraram um lugar de reconhecimento e aquisição material, o caminho inverso ao das perspectivas iniciais de todos esses jovens.

Acompanhei a trajetória de vários amigos e amigas que, na busca de se tornarem "alguém", foram fascinados e aliciados pela oferta rápida de reconhecimento e respeito que o crime oferece.

São adolescentes que foram presos. Outros e outras estão cumprindo medidas socioeducativas de internação. Jovens que desejaram e desejam ser "alguém", ser respeitados, que têm sonhos e perspectivas e, na maioria das vezes, esses sonhos permanecem muito próximos aos de crianças: a melhoria de vida, todas as refeições, ter uma casa, um tênis, ajudar a mãe, o pai, etc.

Sonhos cujas ferramentas e o caminho para se chegar a eles já não são mais os mesmos de quando eram crianças.

Na adolescência, quando estão formando sua identidade e personalidade, tais jovens se sentem abandonados de referenciais que os ajudam a formular perspectivas concretas na educação e se veem distantes da escola, que não é mais o espaço de esperança e de mudança. A escola se tornou um espaço de negação, onde – em uma situação de internação e aprisionamento – novamente ela se apresenta como "celas de aula".

Não se pode matar aula nem se evadir, pois há uma rotina e a obrigatoriedade da frequência.

Pensando no resgate dos sonhos, da au-



toestima e da educação como um mecanismo de transformação pessoal e social, necessitamos de um projeto educacional que reconheça a criança e o adolescente.

Nas medidas socioeducativas, não podemos cometer os mesmos erros que a escola regular cometeu, ou seja, se apresentar como um espaço de negação de direitos e do protagonismo de adolescentes. Vale a pena nos esforçarmos para investir na reconstrução da autoestima, dos sonhos e das perspectivas desses jovens.

Falo como alguém que participou da construção de um espaço de literatura e produção textual por quase três anos na Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP, o antigo CAJE) e acompanhou adolescentes que se descobriram na literatura e repensaram seus projetos de vida. Naquele contexto, a educação não era algo distante e inatingível, mas ela apresentava e produzia elementos concretos de referenciais positivos e próximos desses adolescentes. Eles produziam conhecimento, colocavam suas experiências em poesias, em falas e nos debates.

Ouvir a voz de quem historicamente foi silenciado e invisibilizado proporcionou a eles uma atitude emancipadora, na qual, na construção do saber, passaram a ser sujeitos ativos, e não meros receptores de um currículo distante, que deve ser decorado e reproduzido nos momentos em que burocraticamente for exigido. Assim, o currículo passou a ser uma ferramenta necessária para se conseguir objetivos futuros. A educação passou a ser um processo de autoconhecimento e de valorização de si. E a escola passou a ser um lugar de possibilidades e não mais de invisibilidade.

A medida socioeducativa de internação no seu projeto educacional precisa “pensar” o adolescente como um cidadão de direitos, trabalhando o resgate da infância e proporcionando ao adolescente um ambiente estável para a sua ressocialização, pensando a partir dali a continuidade da sua ação educativa em diálogo com as necessidades e os anseios dos jovens aos quais ela atende.

* João fez parte do projeto Onda (Inesc) em 2007 e é professor temporário na Secretaria de Educação do DF. Atualmente trabalha com crianças nas Aldeias SOS Infantis.

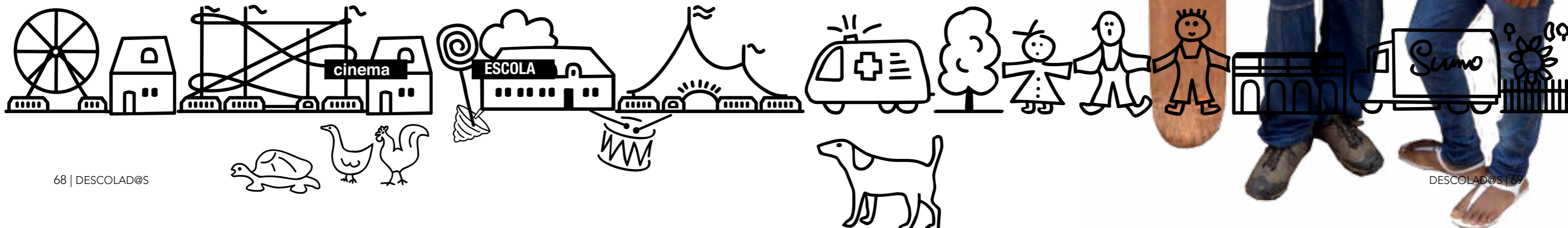


Eu pareço suspeito?



#FOSSIE NOSSA!

SE ISSA





Realização



Apoio



CDCA/DF
Conselho dos Direitos da Criança e do
Adolescente do Distrito Federal

Secretaria
da Criança

